



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

ANA KAROLINY DE ASSUMÇÃO BARROS

**EXCLUSÃO DIGITAL E GÊNERO: UMA PERSPECTIVA SOBRE A
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO
DISTRITO FEDERAL**

BRASÍLIA
2021



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

ANA KAROLINY DE ASSUMÇÃO BARROS

**EXCLUSÃO DIGITAL E GÊNERO: UMA PERSPECTIVA SOBRE A
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO
DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^a. Ma. Emília Silveira Silberstein

BRASÍLIA
2021

Exclusão digital e gênero: uma perspectiva sobre a participação política de mulheres em assentamentos rurais no Distrito Federal

Ana Karoliny de Assunção Barros

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo.

Maio de 2021

Banca Examinadora

Prof^a. Ma. Emília Silveira Silberstein

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Elen Cristina Gerales

Examinadora

Prof^a. Dr^a. Liziane Soares Guazina

Examinadora

Prof^a. Dr^a. Fabíola Orlando Calazans Machado

Suplente

AGRADECIMENTOS

À professora Emília, por aceitar me orientar na construção desta pesquisa e por tornar o processo mais agradável. Por ser solícita e trazer alívio em meio às pressões internas e externas, provenientes de um semestre mais curto e estressante. Agradeço também pelas indicações de filmes, pelas reflexões que enriqueceram a discussão. Sua sensibilidade permitiu entender minhas inquietações até mesmo quando eu me atrapalhava para explicar.

Às professoras Dione Oliveira e Ana Maria Teles que me auxiliaram quando a desenrolar o fio do novelo, me mostraram os caminhos possíveis para esta investigação, sempre me desafiando, e contribuíram na escolha da análise sociológica como metodologia e trouxeram sugestões bibliográficas. Agradeço ao Pedro Branco, por me auxiliar a compreender os métodos da investigação sociológica e por despertar inquietações sob novos ângulos na minha análise.

Aos meus pais, Silvio Martins e Irlene Assunção, que sempre me incentivaram nesta caminhada e por me mostrarem que sou capaz. Agradeço à minha amiga e também graduanda de Jornalismo, Helen Marinho, por dividir este momento comigo e compartilhar aflições, esperanças, dúvidas e, é claro, conhecimentos sobre a ABNT. Ao Gabriel Bandeira, por dedicar um valioso tempo no fim do semestre para ler cuidadosamente partes deste trabalho, pelos elogios e indagações que agregaram neste trabalho.

Ao Alysson Fernandes, por ser minha dose de calma mesmo distante. Por me distrair com suas piadas que nem sempre são engraçadas, mas me fazem rir do mesmo jeito, por me agradar com seus saberes culinários. Agradeço a sua disposição em me ouvir falar horas sobre o tema desta pesquisa, e ajudar no que fosse preciso.

RESUMO

Este trabalho busca entender, a partir da noção de que a exclusão digital é presente na realidade rural, se a falta de acesso e conhecimento acerca da internet e das ferramentas digitais interfere na participação política de mulheres em assentamentos rurais no Distrito Federal e, se sim, como esse processo acontece. Com este objetivo, foi aplicado um questionário *on-line* e por ligação telefônica. Foram obtidas 20 respostas de mulheres que residem em sete assentamentos no Distrito Federal (DF). A partir de uma análise sociológica, concluiu-se que, nesta região, as mulheres assentadas têm interesse político e estão inseridas em movimentos políticos. No DF, a área rural tem privilégios acerca da conectividade, entretanto, a internet não influencia na mobilização, sendo utilizada para outros fins.

Palavras-chave: Exclusão digital; participação política; gênero; internet; exclusão digital de gênero.

ABSTRACT

This work seeks to understand, considering that the digital divide is present in the rural reality, if the lack of access and knowledge about the internet and the digital tools interferes with the political participation of women in rural settlements and, if so, how this process happens. For this purpose, an online and telephone-call questionnaire was applied. 20 responses were obtained from women living in seven settlements in the Distrito Federal. Based on a sociological analysis, it was concluded that, in this area, these women have a political interest and are part of political movements. In the DF, the countryside has privileges about connectivity, however, the internet does not influence the mobilization, being used for other purposes.

Keywords: Digital divide; political participation; gender; internet; gender digital divide.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 METODOLOGIA	12
3 NOÇÕES CONCEITUAIS E TÉCNICAS DA INTERNET	16
3.1 Internet banda larga	16
3.2 Exclusão digital e inclusão digital	19
4 A FORMAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA E OS EFEITOS DA INTERNET NO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA	28
4.1 Alfabetização política e democracia	28
4.2 Participação política e internet	32
5 DESAFIOS HISTÓRICOS E ATUAIS PARA A INCLUSÃO DAS MULHERES	40
5.1 Gênero e tecnologia	40
5.2 A construção das mulheres rurais como sujeitos políticos	47
6 ANÁLISE DOS DADOS	54
6.1 Perfil sociodemográfico	55
6.2 Acesso à internet	58
6.3 Tipos de uso da internet	61
6.4 Participação política	66
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	73

1 INTRODUÇÃO

Desde o ensino médio, me interessei por questões sociais e políticas. Em certo momento, até considerei cursar Ciência Política ou Ciências Sociais, mas vi o Jornalismo como uma área que tem o potencial para abranger ambas e outras mais. Expressar esse interesse através do trabalho de conclusão de curso era um dos meus objetivos, mas qual vivência estudar? A partir de 2018, quando comecei a trabalhar na Assessoria de Comunicação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), tive um contato mais próximo com o ambiente rural, em especial, a realidade da agricultura familiar em todo o Brasil. A Asbraer empenha-se em mostrar as ações das instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) espalhadas pelo país e articular políticas públicas voltadas para o pequeno produtor.

Esta pesquisa nasceu no momento em que me dei conta do machismo escancarado no ambiente rural através de uma matéria em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, produzida pela equipe de comunicação da Asbraer. A matéria trouxe relatos de agricultoras familiares e extensionistas rurais. Em um deles, uma das extensionistas afirmou que, até pouco tempo, não ser uma mulher casada era um requisito para se manter no emprego. Obviamente, essa informação não foi divulgada, mas mostramos o machismo e outras dificuldades enfrentadas pelas agricultoras e extensionistas por sua condição de gênero no campo¹.

Apoiada na declaração da extensionista e considerando que, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), mais de 70% dos estabelecimentos rurais não possuem conexão à internet, especulei se a exclusão digital seria um agravante da conjuntura machista em que as mulheres rurais vivem. “A situação de exclusão digital associada à crescente importância das TICs [Tecnologias de Informação e Conhecimento] no desenvolvimento econômico dos países torna crescente o risco de marginalizar ainda mais grupos excluídos das práticas educativas” (CLARO, 2011, p. 7 *apud* MERLI; RIBEIRO; SILVA, 2012, p. 198-199).

O surgimento de novas TICs interfere no modo como os indivíduos são inseridos na vida social. Com o crescente nível de utilização da internet, ela se

¹ Neste trabalho, o termo campo deve ser entendido como sinônimo para área rural.

tornou uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania. O Plano de Ação para a Sociedade da Informação e do Conhecimento na América Latina e Caribe (ELAC)² descreve a banda larga como um serviço fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos países, e indispensável para o progresso, a inclusão, a igualdade e a democracia (ELAC, 2010, p.13 *apud* MERLI; RIBEIRO; SILVA, 2012, p.199).

Por outro lado, a área rural move a economia brasileira. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), os agricultores familiares são responsáveis pela produção de cerca de 80% dos alimentos que são consumidos mundialmente. Na América Latina e Caribe, as mulheres trabalhadoras rurais produzem 51% dos alimentos e representam 43% da força de trabalho agrícola, mas elas ainda enfrentam muitas barreiras (BID; IICA; MICROSOFT, 2020).

No âmbito da conectividade digital, as mulheres têm menor probabilidade de acesso às TICs na América Latina e Caribe, sendo as que residem em ambientes rurais as mais afetadas, considerando a baixa escolaridade e as dificuldades infraestruturais do campo. De acordo com o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e da Microsoft (2020), cerca de 31 milhões de mulheres estão desconectadas na América Latina e Caribe. A região tem cerca de 648 milhões de habitantes, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A construção desta pesquisa parte do entendimento de que a internet é um direito básico democrático que tem seu acesso, muitas vezes, impossibilitado devido às limitações socioeconômicas, à falta de infraestrutura e à elitização do acesso e do conhecimento acerca das ferramentas digitais, promovendo a não democratização do acesso e a exclusão digital. Consequentemente, imaginei um ciclo no qual quanto mais exclusão digital, menos as mulheres trabalhadoras rurais participam das

² O Plano de Ação para a Sociedade da Informação e do Conhecimento na América Latina e Caribe (ELAC) tem o objetivo de reduzir a exclusão digital e aplicar recursos em programas e políticas que promovam o acesso às tecnologias da informação e comunicação. O programa é assumido pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

decisões sociais e políticas, e tendo um menor nível de participação política, elas também terão menos direitos.

Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Aleixa Crespo são exemplos de lideranças rurais femininas que ganharam reconhecimento nacionalmente por sua atuação, principalmente, no início das mobilizações do campo, mas elas são exceções (SILIPRANDI, 2009). Anos depois, mesmo que as mulheres estejam liderando mobilizações fundamentais em defesa de pautas relacionadas a questões rurais e de gênero, como a Marcha das Margaridas, suas vozes são invisibilizadas e elas necessitam integrar esse esforço às articulações governamentais e à sociedade civil.

A partir desse raciocínio, esta pesquisa busca investigar se a exclusão digital interfere na participação política das mulheres trabalhadoras rurais e, se sim, como se dá esse processo, entendendo as diferenças de acesso, de uso da internet e de outras ferramentas digitais nos assentamentos rurais do Distrito Federal (DF).

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) define o assentamento rural como “um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra, onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário”. Os lotes são entregues a famílias que não têm condições econômicas para adquirir e manter uma moradia. As condições produtivas que o local oferece são determinantes na implantação do assentamento, já que os residentes comprometem-se a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente mão de obra familiar (INCRA, 2020).

No Brasil, o direito à terra é garantido pela lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964, conhecida por dispor sobre o Estatuto da Terra (BRASIL, 1964). Contudo, a realidade brasileira é marcada também pelas desigualdades fundiárias. De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), 1% dos 5.073.324 estabelecimentos ocupa quase metade da área rural brasileira, são cerca de 51.203 propriedades de mais de mil hectares. Os estabelecimentos menores, com até 10 hectares, ocupavam 2,3% do território rural (CAPETTI, 2019).

Os dados nos dizem que apesar de ser um direito constitucional, a terra ainda pertence a poucos, conduzindo a população que vive em situações de risco

alimentar e de vulnerabilidade social à luta constante pelo direito à terra. No DF, até 2016, chegavam por ano entre 60 e 70 mil pessoas que dependiam dos serviços de habitação (CORREIO BRAZILIENSE, 2016). Quando essas pessoas não são integradas pelos serviços públicos, uma das alternativas encontradas é a ocupação de espaços vazios. Entretanto, esta não é uma solução segura. Além das péssimas condições de infraestrutura, que provocam uma baixa qualidade de vida, os ocupantes podem ser despejados, tendo suas casas colocadas abaixo a qualquer minuto, por ser uma ação irregular.

Um exemplo é a ocupação irregular em área pública perto do Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), no Setor de Clubes Esportivos Sul. Entre os meses de março e abril de 2021, foram realizadas quatro operações do DF Legal³ para remover famílias que fazem parte da ocupação. Moradores e voluntários resistem e promovem a reconstrução do lugar após cada operação. O Governo do Distrito Federal (GDF) afirmou que todas as famílias recebem Bolsa Família e são cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (BARBIERI; RODRIGUES, 2021).

As 27 famílias ocupantes também estão listadas no programa de habitação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab) e poderiam ir para unidades de acolhimento no Guará, segundo o GDF (MOURA; SILVA, 2021). No entanto, em entrevista ao Correio Braziliense (2021), a Codhab disse que nem todos os moradores têm a documentação necessária para iniciar o processo de habitação. Já de acordo com o Metrôpoles (2021), as famílias preferem não ir para os abrigos por medo de perder o lugar no processo da casa própria, ao serem vinculados a um domicílio temporário.

A remoção dos moradores foi apoiada pela Justiça do DF, contrariando a lei distrital nº 6657, de agosto de 2020, que proíbe este tipo de desocupação e ordens de despejo durante a pandemia (TJDFT, 2021). Nas redes sociais, a divulgação foi intensa, tornando a operação contra a ocupação visível por meio de jornais tradicionais e pelas mídias independentes. No Instagram, a organização sem fins lucrativos BSB Invisível⁴ cobriu de perto a situação e auxiliou na reconstrução dos

³ Órgão do Governo do Distrito Federal responsável por fiscalizações e por impedir ocupações irregulares do solo.

⁴ Disponível em: <<https://www.instagram.com/bsbinvisivel/?hl=pt-br>>.

barracos, além de arrecadar doações. Ao buscar as hashtags #LiberdadeOcupaCCBB e #ocupaCCBBresiste, percebe-se que elas aparecem em mais de 600 publicações na rede social, mostrando a força do engajamento digital e a importância da internet como ferramenta para o movimento que defende a ocupação e é marcado pela presença de lideranças femininas mostrar o seu lado da história por vias próprias.

De acordo com a cobertura do perfil, 35 famílias foram desalojadas e permaneceram desamparadas por ações do Governo do DF, agravando a situação de vulnerabilidade social, durante a pandemia. A organização também presta serviços de acompanhamento pedagógico e suporte didático às crianças da ocupação através da Escola do Cerrado, que também foi derrubada, mesmo sendo regulamentada. Segundo o BSB Invisível, a escola, assim como outros barracos, tinham uma liminar que impedia a desocupação. Os depoimentos mostram que os moradores já estão no local há cerca de 40 anos.

A estrutura desta monografia está organizada em seis partes, na qual cada uma delas é focada em um dos conceitos principais utilizados, que são exclusão digital, participação política e gênero, e apesar de separadas, todas se integram no sentido amplo deste trabalho, aspecto que também justifica a relevância deste trabalho pela ausência de outros estudos que trazem a associação de todos os temas tratados aqui. A primeira parte refere-se à metodologia empregada durante a realização da pesquisa, a partir da investigação sociológica. A segunda traz as discussões conceituais sobre exclusão digital e inclusão digital, além de questões técnicas sobre a definição da internet banda larga. Na terceira parte, estabelece-se a relação entre a cultura política, analisando o sistema educacional brasileiro como um fator que estimula a consciência da participação política, e a internet, através das ferramentas digitais disponíveis para o uso político.

A quarta parte concentra-se na perspectiva de gênero associada à presença feminina na ciência e na tecnologia. Também estabelece-se a construção histórica de reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais como importantes na produção dos alimentos e na luta política por terra e por políticas públicas agrícolas. A quinta parte atenta-se na análise dos dados obtidos através do questionário aplicado às mulheres dos assentamentos rurais no DF. A análise está segmentada

em perfil sociodemográfico, acesso à internet, tipos de uso da internet e participação política. A sexta e última parte é composta pelas considerações finais deste trabalho.

2 METODOLOGIA

A etapa inicial deste estudo se dedicou à pesquisa bibliográfica acerca dos conceitos de exclusão digital, gênero e participação política. Além de teses, artigos e livros acadêmicos, também foram consultadas as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br).

Em seguida, foi realizado contato com o escritório da região administrativa de Ceilândia da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater - DF), empresa pública que presta assistência principalmente aos agricultores familiares da região, para a indicação de uma comunidade rural a ser estudada. A aplicação de um questionário *on-line* com perguntas abertas e fechadas foi considerada uma boa alternativa para alcançar o objetivo desta pesquisa de entender a relação entre a exclusão digital no ambiente rural, abrangendo tanto o acesso à internet quanto o uso das ferramentas digitais, e a participação política das mulheres no assentamento. O questionário foi elaborado na plataforma Google Formulários a partir do entendimento de que é uma ferramenta mais acessível e que facilita a compreensão dos gráficos.

O formulário foi aplicado via online e por ligação telefônica e foram alcançadas 21 respostas de mulheres assentadas, sendo 20 válidas, em consequência de uma das participantes que não especificou o assentamento em que reside, visto que essa era uma pergunta obrigatória, porém aberta.

Devido às limitações ocasionadas pela pandemia de coronavírus, o Assentamento Rural Santarém, localizado na região administrativa do Sol Nascente (DF), foi indicado para o estudo, considerando que é próximo à cidade em que a pesquisadora reside, neste caso, Ceilândia (DF). As medidas de segurança exigidas por causa da pandemia do coronavírus e as restrições de presencialidade geradas por elas colocaram mais uma barreira na comunicação com a população assentada, visto que mesmo tendo condições de acesso à internet e sinal telefônico por causa

da posição geográfica próxima à cidade do Sol Nascente, a população do Assentamento Rural Santarém alegava não ter o conhecimento necessário para preencher o questionário *on-line*.

Na região, o formulário obteve apenas uma resposta, embora tenham havido várias tentativas da pesquisadora em realizar a pesquisa no assentamento através de ligações telefônicas. Assim, a aplicação do questionário passou a ser realizada também por ligações e com participantes do Assentamento Rural Estrela da Lua e do Acampamento Dandara, no Paranoá, do Assentamento 10 de Junho, no Recanto das Emas, do Assentamento Pequeno William, em Planaltina, do Assentamento 15 de Agosto, em São Sebastião, e do Assentamento Contagem, em Sobradinho, todos esses localizados no Distrito Federal. Em alguns desses assentamentos, o sinal telefônico e o acesso à internet são mais precários e significaram mais um obstáculo.

Outro desafio foi a resistência de alguns assentados em compartilhar outros contatos para participar da pesquisa. Evidencia-se também que o formulário permaneceu aberto do dia 22 de fevereiro de 2021 ao dia 27 de março de 2021. Em cerca de um mês, foram recebidos pela pesquisadora 32 contatos, dos quais quatro eram do gênero masculino e sete em que foram feitas tentativas de ligações e mensagens, mas não tiveram retorno. Como todas as participantes são do gênero feminino ficou impossibilitada a comparação da participação política e da exclusão digital entre gêneros, que será abordada no referencial teórico.

Ressalta-se que uma parte dos contatos recebidos foi enviada pela Emater - DF e outros foram compartilhados pelas participantes, mas a maioria foi enviada pelas líderes dos assentamentos. Apesar das dificuldades expostas, evidencia-se a importância das medidas de segurança em vigor para conter a disseminação do coronavírus.

Antes da aplicação final do questionário, foi realizado um pré-teste com uma das lideranças femininas de um dos assentamentos já citados, que preferiu não ser identificada, mas autorizou a gravação em áudio. O pré-teste funcionou como uma entrevista, técnica muito utilizada na investigação sociológica (KERLINGER, 1979), sobre o próprio assentamento, envolvendo questões sobre a associação e a infraestrutura existentes, e as mulheres assentadas. Trechos da conversa estão

inseridos neste trabalho, precisamente no tópico intitulado A construção das mulheres rurais como sujeitos políticos.

O questionário é composto por 18 perguntas abertas e fechadas que buscaram traçar um perfil da mulher rural assentada. De modo geral, as questões foram inspiradas nas referências bibliográficas que constam neste trabalho, mas, em especial, na pesquisa de Maciel (2015) sobre gênero e inclusão digital e de Carneiro (1994) sobre gênero e participação política. O nível de participação política e os tipos de atividades realizadas *on-line* foi aferido com base na escala Likert, em que são dispostas cinco opções de respostas, sendo 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente, 4) concordo e 5) concordo totalmente. Durante a aplicação do formulário por ligação telefônica, essas afirmações foram fraseadas como 1) nunca, 2) raramente, 3) ocasionalmente, 4) frequentemente e 5) sempre, com o objetivo de facilitar a compreensão dos participantes.

Nas perguntas referentes à participação em alguma cooperativa, associação e/ou movimento sindical, social e/ou partidário e à informação das decisões tomadas externamente relativas ao assentamento, as participantes que respondiam “discordo totalmente” ou “discordo” não eram encaminhadas para as perguntas sobre qual mobilização participavam e por qual meio eram informadas das decisões políticas acerca do assentamento.

Uma das questões presentes no formulário está relacionada aos tipos de uso da internet e é composta por uma série de atividades *on-line*, na qual busca-se a resposta também em constância de realização. A princípio, este item procurava investigar a existência de disparidades de exclusão digital entre os gêneros. Contudo, não foi possível devido à presença apenas de participantes do gênero feminino.

Ainda sobre o questionário, acredita-se que outras questões poderiam ser incluídas relacionadas ao tipo de meio de comunicação utilizado para a leitura de notícias, com o intuito de saber se a informação recebida é confiável e verdadeira, e a estrutura familiar, principalmente no que tange a chefia familiar, considerando que a posição no grupo familiar pode interferir no comportamento informacional e político (MACIEL, 2015).

As limitações encontradas durante a realização desta pesquisa por si só já expressam os níveis de exclusão digital, principalmente em um momento de pandemia, no qual uma das medidas de segurança é a restrição de contato presencial. Além das adversidades já reportadas relacionadas à conexão de internet e ao sinal de telefone, outro problema foi o mínimo compartilhamento do questionário entre os assentados ou de contatos para a realização da pesquisa via telefone. Se houvesse o compartilhamento, ainda assim existiria a barreira de conseguir responder sozinho. Entende-se também que a entrevista seria o método mais adequado para a realização desta pesquisa, entretanto, foi encarada como inviável dentro de um contexto pandêmico e de exclusão digital.

A pergunta de pesquisa parte de duas variáveis, sendo a participação política das mulheres rurais a variável dependente e a exclusão digital no ambiente rural a variável independente. De acordo com Kerlinger (1979), variável independente (antecedente) é a que se supõe influenciar a variável dependente (consequente). Entende-se variável como “um substantivo que representa uma classe de objetos”, conforme Kerlinger (1979, p. 22). Assim, essas variáveis podem ser medidas a partir da atribuição de algarismos “a pessoas ou objetos diferentes com base na posse de quantidades de alguma propriedade ou característica” (KERLINGER, 1979, p.23).

Atendendo ao caráter tanto qualitativo quanto quantitativo desta pesquisa, os dados serão analisados a partir da investigação sociológica. Para o autor, este tipo de análise pode ser empregado quando há “variáveis sociológicas” e quando o método predominante de observação é a contagem de características “sociológicas” de indivíduos. Nesta pesquisa, o nível de escolaridade, sexo, profissão e o nível de participação política são algumas variáveis sociológicas. Conforme Kerlinger (1979, p.91), essas variáveis “são atributos de indivíduos (ou grupos) que têm a característica comum de serem membros de grupos sociais grandes ou pequenos e, assim, de serem compartilhados por muitos ou pela maioria dos indivíduos”.

Segundo Galtung (2013), geralmente, a estrutura da investigação social se divide em três partes: na primeira refere-se aos elementos ou unidades de análise; na segunda, às dimensões ou variáveis que se deseja conhecer das unidades; na terceira, trata-se dos valores resultantes das condições que o pesquisador expõe às unidades para o estudo. Assim, as mulheres assentadas são as unidades de

análise, inseridos na dimensão da relação entre a participação política e a exclusão digital, resultando nas respostas do questionário.

3 NOÇÕES CONCEITUAIS E TÉCNICAS DA INTERNET

3.1 Internet banda larga

A internet banda larga é um termo amplamente difundido, entretanto, não existe um conceito único, podendo ser classificada segundo critérios variados. De acordo com a Comissão de Banda Larga para o Desenvolvimento Digital (*Broadband Commission for Digital Development*), órgão misto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da União Internacional de Telecomunicações (UIT), “é possível definir banda larga de várias maneiras: como um mínimo de transmissão de envio e/ou recebimento de dados, por exemplo, ou de acordo com a tecnologia utilizada ou o tipo de serviço que pode ser ofertado” (*BROADBAND COMMISSION*, 2011, p.17 *apud* SILVA, 2012, p.25).

No Brasil, o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) define o acesso à banda larga como a “disponibilização de infraestrutura de telecomunicações que possibilite tráfego de informações contínuo, ininterrupto e com capacidade suficiente para as aplicações de dados, voz e vídeo mais comuns ou socialmente relevantes” (BRASIL, 2010, p.19). O documento base do PNBL ainda confere à banda larga o dever de ser o serviço capaz de dar suporte à essas aplicações:

O conceito é indiferente à tecnologia utilizada e não faz restrição quanto à mobilidade e à portabilidade, incentivando o desenvolvimento de aplicações, conteúdos e serviços interativos que favoreçam a participação coletiva, colaborativa e democrática da população, seja ela urbana ou rural (BRASIL, 2010, p.19).

Segundo Silva (2012), o critério da velocidade tem sido o mais comum para classificar se uma conexão pode ou não ser considerada banda larga, tendo em vista que a experiência prática do usuário pode ser prejudicada por esse fator. A velocidade e o tempo necessário para finalizar operações podem classificar a qualidade da conexão. A *Federal Communications Commission* (FCC), órgão regulador da telecomunicações dos Estados Unidos, que utiliza como parâmetro a velocidade, desde 2015 considera como acesso em banda larga as conexões com

velocidades acima de 25 *megabits* por segundo (Mbps) para *download* e 3 Mbps para *upload* (UNITED STATES OF AMERICA, 2015 *apud* BRASIL, 2018).

Falar de exclusão digital como um fenômeno que impede ou dificulta o acesso à internet dos usuários é abordar não apenas a falta de equipamentos, mas também a qualidade e os tipos de tecnologia de conexão. Silva (2012, p.27) classifica cinco aspectos-chaves que devem ser levados em conta no estabelecimento de qualquer índice que busque qualificar a noção de banda larga. São eles:

- a) **Usabilidade:** foco na experiência do usuário, a partir da possibilidade de realizar de forma eficiente atividades cotidianas e essenciais para os indivíduos;
- b) **Velocidade:** o autor considera como um critério relevante e que deve ser periodicamente atualizado, de acordo com as demandas exigidas por aplicativos e outras funcionalidades digitais;
- c) **Interatividade:** refere-se “a garantia da capacidade de receber dados (*downstream*) equiparada à capacidade de enviar dados (*upstream*)” (SILVA, 2012, p.28), considerando o tempo para cada processo;
- d) **Fluxo:** para o autor, o trânsito de dados entre recebimento e envio de *bits* deve ser ininterrupto e pleno;
- e) **Latência:** definida como o tempo significativo entre o envio e o recebimento de dados a ponto de afetar o processo de comunicação.

Em 2017, o Brasil ocupou a 66º posição no Índice de Desenvolvimento das TICs (IDI)⁵, que monitora a experiência dos países com relação ao progresso dessas tecnologias. Quanto à política de banda larga, o Brasil foi o 80º colocado no subíndice de acesso (INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION, 2017 *apud* BRASIL, 2018).

Silva (2012) divide as tecnologias atuais para o acesso à banda larga em dois grupos: o primeiro referente às tecnologias baseadas em infraestrutura física ou fixa

⁵ O *ICT Development Index* (IDI), ou Índice de Desenvolvimento das TIC, faz parte do relatório da *Measuring the Information Society*, da União Internacional de Telecomunicações (UIT). O IDI avalia o acesso, o uso e as habilidades exigidas pelas TICs, a partir de 11 indicadores (BRASIL, 2018, p.34).

(cabo-modem, DSL, fibra ótica e rede elétrica) e o segundo é composto por àquelas baseadas em infraestrutura sem fio (rádio, Wi-Fi, Wimax, satélite, 3G e 4G).

As tecnologias fixas, principalmente no caso da fibra ótica, são mais estáveis, sustentam maior capacidade de tráfego de dados e por isso servem como infraestrutura para as grandes infovias: *backbones*⁶ e *backhauls*⁷. Já as tecnologias sem fio são mais suscetíveis a oscilações e interferências externas, sendo geralmente empregadas na conexão de última milha (*last mile*) de acesso. Escreve-se “geralmente” pois esta distinção é genérica e, apesar de ser válida, não é rígida: por exemplo, meio físico como cabo-modem tem seu uso disseminado na última milha e a ligação de residências e prédios através de fibra ótica também vem se ampliando, principalmente quando há maior investimento e se busca uma conexão de alta capacidade (SILVA, 2012, p.30-31).

O autor destaca a PLC (*Power Line Communications*), também conhecida como BPL (*Broadband Over Powerline*), como uma tecnologia que pode ampliar a inclusão digital em áreas remotas e rurais. A PLC funciona a partir da transmissão de dados através da rede de distribuição de energia elétrica, sem que haja prejuízos no fornecimento de energia, pois cada um opera em frequências distintas.

Entretanto, Silva (2012, p.35), baseado em outros autores, aponta como principais barreiras para a implantação desse tipo de conexão no Brasil:

- a) as adaptações necessárias e os novos equipamentos anexados à rede elétrica;
- b) o sinal que “sofre degradações conforme se distancia do ponto central de distribuição da infovia” (SILVA, 2012, p.35);
- c) o ganho em escala e o enfrentamento direto a tecnologias mais consolidadas;
- d) os “ruídos no processo de comunicação provenientes dos atuais transformadores” (SILVA, 2012, p.35);
- e) as oscilações de sinal causadas por instabilidades climáticas.

Para o estudo sobre a qualidade das conexões à internet no Brasil, o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) leva em consideração o tipo de conexão, a velocidade contratada e o valor pago pelo acesso. A pesquisa comparou dados entre os anos de 2013 e 2016. Segundo o NIC (2018), em 2013, 66,2% dos domicílios brasileiros tinham acesso à internet via banda larga fixa. Entre 2014 e

⁶ De acordo com o portal *on-line* Canaltech, *backbone* é a “espinha dorsal” ou “rede de transportes” da internet. O *backbone* é o responsável pelo envio e recebimento dos dados entre diferentes localidades nacionais e internacionais.

⁷O *backhaul* garante as ligações entre os núcleos da rede.

2015, essa proporção aumentou para 66,5% e 68,0% respectivamente. Já em 2016, o número caiu para 63,8%. “Em parte, esse fenômeno é explicado pela inclusão dos domicílios das classes de nível socioeconômico mais baixo por meio de outros tipos de conexão, especialmente a banda larga móvel” (NIC, 2018, p.70).

O NIC (2018) aponta que, em 2013, 21,7% dos domicílios brasileiros declaram ter acesso à internet via banda larga móvel. Em 2016, este tipo de conexão alcança 25,4% dos domicílios, sendo estes, em sua maioria, inclusos nas classes C (31,5%) e DE (43,1%).

Se, por um lado, as tecnologias 3G e 4G têm conseguido garantir que uma parte da população anteriormente excluída vença a barreira do acesso, por outro, levam a dinâmicas que podem favorecer a assimetria entre grupos conectados e aumentar as diferenças entre grupos sociais ao longo do tempo (NIC, 2018, p.71).

Ainda segundo o estudo, o custo da mensalidade da internet também é um dos motivos para as tecnologias móveis de conexão à internet conquistarem mais as classes econômicas mais baixas. Dentre os domicílios com acesso via modem ou chip 3G ou 4G, 74% pagam até R\$ 80 e 19% acima de R\$ 81. Para ter conexão via cabo ou fibra ótica, 48% dos domicílios brasileiros pagam até de R\$ 80 e 41% acima de R\$ 81 (NIC, 2018).

O custo é uma das principais barreiras impostas ao acesso de melhor qualidade de conexão, reforçando as situações de desigualdade no Brasil (NIC, 2018). As pesquisas referentes à presença de internet em domicílios brasileiros não fazem distinção do tipo de conexão, desde 2014 (NIC, 2018).

3.2 Exclusão digital e inclusão digital

Silveira (2008) faz uma crítica à bipolarização e à simplificação do emprego do termo exclusão digital. Para o autor, o conceito de exclusão é muito amplo, podendo abranger processos sociais e econômicos que impedem as pessoas de participarem das várias esferas da sociedade. Silveira (2008) problematiza outras expressões que buscam substituir o termo exclusão digital e conclui que:

Por não se tratar de um processo natural, por não representar as opções individuais, o termo exclusão digital tem ainda e, infelizmente, por um tempo longo, um enorme valor de uso. Ele identifica o fenômeno do bloqueio

econômico e infraestrutural que impede os segmentos mais pauperizados de acessarem as redes informacionais. Ele define um processo excludente que não permite que cidadãos tenham o mais elementar e básico contato com as redes digitais (SILVEIRA, 2008, p.55).

Segundo Silveira (2008, p.43):

A ideia de exclusão foi introduzida na Sociedade da Informação para denunciar os processos que impedem a maioria da população de acessar a comunicação mediada por computador, ou seja, de utilizar as redes informacionais (SILVEIRA, 2008, p.43).

Para Lévy (1999), a cibercultura representa um risco real para a desigualdade e a exclusão, pois o acesso ao ciberespaço exige infraestruturas de comunicação e de cálculo de custo alto para as regiões em desenvolvimento. O autor entende o ciberespaço como a rede de comunicação que surge pela interconexão dos computadores e a cibercultura “como o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p.16).

Para explicar a exclusão “natural” sustentada pela cibercultura, Lévy (1999) levanta três tipos de respostas possíveis para colocar o problema em perspectiva: “primeira resposta, é preciso observar a tendência de conexão e não seus números absolutos”; “segunda resposta, será cada vez mais fácil e barato conectar-se”; “terceira resposta, qualquer avanço nos sistemas de comunicação acarreta necessariamente alguma exclusão” (LÉVY, 1999, p.240-241). Esta última resposta se concentra no fator “natural” da exclusão.

Cada novo sistema de comunicação fabrica seus excluídos. Não havia iletrados antes da invenção da escrita. A impressão e a televisão introduziram a divisão entre aqueles que publicam ou estão na mídia e os outros. Como já observei, estima-se que apenas pouco mais de 20% dos seres humanos possuem um telefone. Nenhum desses fatos constitui um argumento sério contra a escrita, a impressão, a televisão ou o telefone. [...] De forma mais ampla, cada universal produz seus excluídos (LÉVY, 1999, p. 241-242).

Conforme Silveira (2008), Lévy não deixa claro que existem variados graus de exclusão digital e que algumas desigualdades não são superáveis sem as práticas sociais, além de apresentar uma postura otimista em relação ao futuro. Entretanto, Lévy (1999, p.243-244) afirma que:

o problema do “acesso para todos” não pode ser reduzido às dimensões tecnológicas e financeiras geralmente apresentadas. Não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso antes de mais

nada estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço. [...] na perspectiva da cibercultura assim como nas abordagens mais clássicas, as políticas voluntaristas de luta contra as desigualdades e a exclusão devem visar o ganho em autonomia das pessoas ou grupos envolvidos (LÉVY, 1999, p. 243-244).

Neste sentido, Silveira (2008) trata a exclusão digital como um bloqueio do direito à comunicação em rede ligado, principalmente, a um mecanismo econômico que impede esse acesso.

Há poucos indícios que o mercado hipercapitalista, fundamentalmente digital, será capaz de incluir as pessoas na sociedade informacional. [...] Existe uma poderosa barreira econômica que se não for transposta não permitirá que todos os cidadãos cheguem às redes digitais. Este fosso ou muro que bloqueia precisa ser derrubado para viabilizar o direito à comunicação. Este processo bloqueador se consolida negando acesso. A negação de acesso é o núcleo da maior exclusão, aquela que impede que o cidadão chegue até um computador conectado para se comunicar do modo que quiser (SILVEIRA, 2008, p.55).

A inclusão digital está associada à noção de desenvolvimento social e crescimento econômico dos países.

Em países desenvolvidos, a adição de 10 linhas de banda larga para cada 100 pessoas aumenta o PIB em 1,38% e, em países em desenvolvimento, o aumento é de 1,21 pontos percentuais. Além disso, estima-se 0,11% anualmente no impacto do acesso móvel à internet para países em desenvolvimento, e 0,20% para países desenvolvidos (BID; IICA; MICROSOFT, 2020, p.15).

Ela pode ocorrer em vários níveis e envolver vários elementos. Embasados em outros autores, Merli, Ribeiro e Silva (2012, p.201-204) destacam oito aspectos básicos vinculados à exclusão digital. São eles:

- a) Tecnológico:** refere-se a inexistência de acesso aos dispositivos, tendo em vista que cada indivíduo pode ter experiências diferentes de acordo com a performance e a funcionalidade do dispositivo que possui;
- b) Infraestrutural:** trata-se da infraestrutura disponível ou do tipo de conexão e serviço que o usuário pode contratar. Para os autores, a velocidade da banda e a estabilidade da conexão são aspectos que melhor sinalizam este aspecto;
- c) Financeiro:** “ainda que haja acesso à internet em redes de alta velocidade com oferta disponível para uma região inteira ou cidade, isso não significa que todos os cidadãos terão igual capacidade de contratar o serviço” (MERLI; RIBEIRO; SILVA, 2012, p.201). Além disso, o poder financeiro também pode

reforçar a exclusão a partir do acesso de conteúdos digitais apenas para assinantes;

- d) Cognitivo:** existem dificuldades de acesso referentes às competências dos usuários em lidar com equipamentos, *softwares*, aplicativos e outros dispositivos digitais. Essas barreiras podem ser geracionais, culturais, socioeconômicas e educacionais. Silveira (2008, p.57) aponta que “a baixa capacidade de concentração e leitura tendem a gerar uma utilização empobrecida e limitada dos recursos da internet”, principalmente, considerando que a banda larga poderia representar o surgimento de empregos em rede;
- e) Instrumental:** o ambiente digital pode ter impedimentos de navegação, entendimento e interação para pessoas com deficiências visuais, auditivas, motoras, mentais ou de outra natureza;
- f) Linguístico:** além das barreiras já citadas acima, existe a “disparidade quanto ao acesso a conteúdos relevantes marcado pela barreira idiomática” (MERLI; RIBEIRO; SILVA, 2012, p.202). Pessoas bilíngues têm mais facilidade de acesso à dados e informações que estão em grande volume dispostas apenas em inglês;
- g) Produtivo:** no ambiente digital, os usuários têm a oportunidade de produzir e compartilhar conteúdo próprio, não apenas consumir. Conforme Merli, Ribeiro e Silva (2012, p.203):

Usuários com habilidades para lidar com *softwares* de modo criativo (e não apenas funcional) possuem maior capacidade de inserção na cultura digital. Isso não quer dizer que devemos exigir que todos os usuários *online* tenham obrigatoriamente uma postura de produção ativa permanente para serem digitalmente incluídos. Significa ressaltar a importância de oferecer condições e oportunidades para que este perfil produtivo floresça e não fique restrito a determinados grupos ou nichos (MERLI; RIBEIRO; SILVA, 2012, p.203).

- h) Institucional:** segundo Merli, Ribeiro e Silva (2012, p.203), trata-se da

ineficiência governamental em prover serviço público *online*, em viabilizar a transparência das ações de seus agentes através de arquivos públicos em seus *websites* oficiais, bem como a inexistência de um aparato público de acesso gratuito à rede (MERLI; RIBEIRO; SILVA, 2012, p.203).

Para os autores, este aspecto também abrange o acesso às tecnologias de comunicação através de bibliotecas públicas, telecentros e outras instituições públicas.

Silva *et al* (2005) entendem o conceito de inclusão digital como um novo *ethos* ético e sociopolítico, associado a sociedade da informação ou sociedade do conhecimento, priorizando o saber perante o fazer. Além disso, os autores destacam a inclusão digital como um fator crucial para a educação global, propiciando, através do acesso à informação e da assimilação deste conteúdo, a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Neste sentido, Silva *et al* (2005) trazem o conceito de alfabetização digital, denominado pelo Programa Socinfo⁸ como a aquisição de habilidades básicas para o uso de computadores e da internet “em favor dos interesses e necessidades individuais e comunitários, com responsabilidade e senso de cidadania” (SILVA *et al*, 2005, p.33). Entretanto, os autores consideram a conceituação de alfabetização controversa, pois a alfabetização pode ser tida como apenas o simples reconhecimento de símbolos do alfabeto, sem considerar a competência em compreender, assimilar, reelaborar e chegar a um conhecimento que permita uma ação consciente, entendimento adotado tanto pelos conceitos de letramento e de educação para a informação ou *information literacy education*.

O conceito de *information literacy* surgiu na literatura de biblioteconomia, nos Estados Unidos, e “é definida como a habilidade de saber quando há necessidade por informação, de estar apto a identificar, localizar, avaliar e, efetivamente, usar essa informação para o problema” (ALA, 2004, *apud* SILVA *et al*, 2005, p.34)⁹. Segundo Silva *et al* (2005), a tradução ainda não está definida no Brasil, mas a expressão leva à ideia de *information literacy education* ou educação para a informação. Para os autores, é preciso que a educação insira esse aprendizado nos seus currículos, ou seja, é uma questão de educação.

⁸ O Programa Socinfo (Sociedade da Informação) foi criado em 1999 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) do Brasil, com o objetivo de incluir a sociedade brasileira à entrada na sociedade da informação.

⁹ No original: “*Information Literacy is defined as the ability to know when there is a need for information, to be able to identify, locate, evaluate, and effectively use that information for the issue or problem at hand*”.

Segundo Freire (1997), existem dois métodos de educação: o primeiro que visa a domesticação do homem; e o segundo que busca a libertação, “não que por si só a educação possa libertar o homem, mas ela contribui para esta libertação ao conduzir os homens a adotar uma atitude crítica face ao seu meio” (FREIRE, 1997, p.21). Para o autor, a política educativa para uma domesticação vê os iletrados como passivos no processo de alfabetização, eles apenas transmitem o que os mestres lhes ensinam, resultando em uma metodologia que gera alienação e ignora as estruturas sociais, aumentando a “falsa consciência” deles.

Os analfabetos não são convidados a conhecer, não são convidados a descobrir as causas de sua situação de vida concreta; eles são convidados a aceitar a realidade tal qual é ou, noutros termos, a adapta-se eles mesmo a essa realidade. Para uma ideologia de dominação, tudo o que é verdadeiro e bom para as elites é verdadeiro e bom para o povo. Daqui resulta a alienação - que esta política necessariamente engendra - e que de maneira nenhuma se limita aos problemas de alfabetização. A curiosidade, o sentimento do espanto quando encontramos face à própria vida, a capacidade de pensar: tudo isso deve ser morto (FREIRE, 1997, p.22).

Por outro lado, Freire (1997) aponta que a educação pode ser libertadora a partir da transformação do iletrado em um sujeito conhecedor. Segundo o autor, este modelo de educação não considera os iletrados com “recipientes vazios”, prontos para absorver tudo o que é dito pelos professores sem analisar criticamente. Pelo contrário, a educação para a liberdade encoraja o sujeito a tomar consciência dos problemas da realidade social através da leitura e da interpretação dos fatos. Neste sentido, a ação consciente citada por Silva *et al* (2005) e fundamental para a compreensão do processo de alfabetização defendido por Freire (1979) seria o desenvolvimento do pensamento crítico conscientemente, ultrapassando a esfera da espontaneidade crítica da realidade, tornando o homem como um sujeito que também faz parte da história em relação ao mundo (FREIRE, 1979).

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “desvela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da “práxis”, ou melhor, sem o ato ação - reflexão. [...] a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história (FREIRE, 1979, p.15).

Outro ponto citado por Silva *et al* (2005) para explicar o caráter ético da inclusão digital é a conquista de uma “cidadania digital” promovida pelo acesso à

conexão e que contribuirá para uma sociedade mais igualitária, com a expectativa também da inclusão social.

Se a inclusão digital é uma necessidade inerente deste século, então isso significa que o “cidadão” do século XXI, entre outras coisas, deve considerar esse novo fator de cidadania, que é a inclusão digital. E que constitui uma questão ética oferecer essa oportunidade a todos, ou seja, o indivíduo tem o direito à inclusão digital, e o incluído tem o dever de reconhecer que esse direito deve ser estendido a todos. Dessa forma, inclusão digital é um processo que deve levar o indivíduo à aprendizagem no uso das TICs e ao acesso à informação disponível nas redes, especialmente aquela que fará diferença para a sua vida e para a comunidade na qual está inserido (SILVA *et al*, 2005, p.32).

Aproximadamente 77 milhões de moradores rurais de 24 países da América Latina e Caribe não têm acesso à internet com qualidade mínima para uma boa experiência na rede, segundo estudo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e pela Microsoft. O levantamento elenca algumas das dificuldades de infraestrutura que impedem a expansão da conectividade no campo. São elas: os obstáculos no emprego dos fundos de acesso universal; problemas na instalação pelo estado da infraestrutura dos países (falta de eletricidade, condições das rotas e etc); elevados custos de investimentos e menor custo-benefício para as companhias operadoras; escassez de estímulos que incentivem os investimentos no âmbito rural; inacessibilidade aos territórios mais afastados, seja por sua geografia ou por casos de violência na região; dificuldade de acessibilidade aos dispositivos e maiores custos do serviço de telefonia móvel e de internet para os habitantes dos espaços rurais; a existência de estruturas reguladoras obsoletas e a falta de mapas de infraestruturas com informações das redes de telecomunicações que permitam identificar áreas sem cobertura e com potencialidade para ser conectadas rapidamente.

De acordo com Silveira (2008), a cidadania e o uso autônomo das tecnologias é ignorado pelos programas de inclusão digital que privilegiam apenas o acesso ou a profissionalização dos seus usuários. Neste sentido, conforme Silveira (2008, p.62), “a inclusão digital pode acabar servindo apenas para a ampliação do mercado consumidor de produtos de informática e telecomunicação”.

As políticas públicas de inclusão digital claramente apresentam falhas do ponto de vista da execução. Para Schwartz (2006), a falta de compromisso dos

governos em relação às políticas nacionais lançadas em governos anteriores é motivo de uma insatisfação que leva a propor o conceito de emancipação digital, com o objetivo de dar continuidade nos projetos anteriores ou até mesmo reconfigurá-los.

Processos de emancipação digital buscam promover o deslocamento do paradigma da “sociedade da informação” para um que tenha a “sociedade do conhecimento” como horizonte, fazendo do acesso apenas um dos elos, necessário, mas insuficiente, na cadeia produtiva de informação que poderá dar sustentabilidade à emancipação econômica, social e cultural dos cidadãos (SCHWARTZ, 2006, p.128).

A expressão emancipação digital compreende que para a inclusão digital ser efetiva é preciso que os usuários tenham os equipamentos e as ferramentas disponíveis, mas também estejam aptos a produzir conteúdos utilizando esses e outros materiais. Para Silveira (2008), o foco central da inclusão digital é fornecer o acesso à infraestrutura e aos recursos das TICs, através de unidades de acesso gratuito nas áreas carentes custeadas por recursos públicos e privados, proporcionando a inserção dos cidadãos na rede e garantia do direito à comunicação informacional. Enquanto para a emancipação digital, o autor aponta como foco o acesso ao conhecimento sobre a produção tecnológica e de conteúdos, oferecendo infraestrutura tecnológica e formação educacional e cultural necessárias para permitir a produção de conteúdos e tecnologias pelas comunidades.

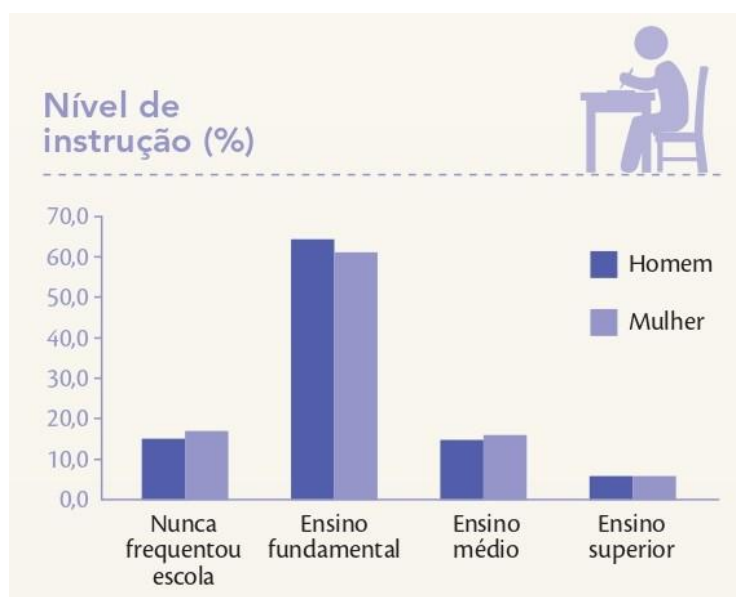
Assim, Silveira (2008, p.63-64) propõe dois tipos de inclusão digital, a autônoma e a subordinada, tendo em vista que nenhuma das expressões anteriores englobam os níveis diferentes de exclusão digital:

O direito universal à comunicação em rede, como elemento especial da cidadania na sociedade informacional, e a defesa da emancipação das comunidades neste contexto podem ser defendidas com o uso da ideia de uma inclusão digital autônoma. Contra ela choca-se a ideia de inclusão digital subordinada. Subordinada a que? Ao mercado, aos oligopólios, aos vendedores de produtos e licenças de *copyright*, ao consumo de conteúdos exógenos, ao imaginário de submissão aos colonizadores digitais. A inclusão digital autônoma baseia-se no desenvolvimento da inteligência coletiva local e na sua integração não subordinada nas redes globais (SILVEIRA, 2008, p.64).

A educação está intimamente ligada à inclusão digital, ainda mais quando se fala em uma apropriação das plataformas e dispositivos digitais pelos usuários. A emancipação digital exige um constante aperfeiçoamento dos conhecimentos de

cada indivíduo para a criação de conteúdo digital (SCHWARTZ, 2006). De acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2017), no ambiente rural brasileiro, 22,6% dos homens e 24,8% das mulheres são analfabetos. A maioria dos produtores rurais familiares concluiu apenas até o ensino fundamental. Os agricultores que alcançaram o ensino superior representam menos de 10%. Ainda segundo o censo, as mulheres correspondem a maior parte da população rural que nunca frequentou a escola, entretanto, a parcela de produtoras que completou o ensino médio é superior à dos homens, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Nível de instrução dos produtores rurais



Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017

No Brasil, além da dificuldade de acesso à conexão de internet de qualidade e aos equipamentos, o baixo nível de escolaridade dos produtores rurais familiares é outra barreira para a inclusão digital, incluindo o uso pleno dos dispositivos e das ferramentas digitais para a produção e/ou consumo dos conteúdos dispostos na internet. Conforme Schwartz (2006, p.32), “a emancipação digital depende da ampliação e do adensamento das redes públicas de projetos de produção de conhecimento”.

Entretanto, 47% da população rural brasileira tem conectividade em um padrão mínimo de qualidade. Brasil, Chile, Costa Rica, Bahamas, Panamá e Colômbia estão entre os países com melhor qualidade de acesso à internet na área rural (BID; IICA; MICROSOFT, 2020).

4 A FORMAÇÃO DA CULTURA POLÍTICA E OS EFEITOS DA INTERNET NO EXERCÍCIO DA DEMOCRACIA

4.1 Alfabetização política e democracia

Se a educação é parte fundamental para a inclusão digital, a partir da ótica do conhecimento acerca das ferramentas eletrônicas e das possibilidades que elas oferecem, ela também é indispensável quando se trata de participar do processo de criação, regulamentação, distribuição e comercialização das tecnologias digitais. Este contexto implica em uma alfabetização política e no desenvolvimento de uma consciência dos cidadãos como atores que podem movimentar o cenário político. De acordo Freire (1997, p.24), “um analfabeto político - quer saiba ou não ler e escrever - é alguém que tem uma percepção ingênua das relações dos homens e do mundo, uma inteligência ingênua da realidade social”. O analfabeto político interpreta que as situações não têm a possibilidade de mudar e as aceita, com um sentimento de impotência e concentrando-se na adaptação, deixando de lado uma postura mais crítica (FREIRE, 1997).

Pensar em educação como algo libertador ou para a democracia exige considerar as dinâmicas econômicas e sociais. A desigualdade social é um fator que divide a sociedade e apresenta mais oportunidades para determinadas classes, contudo uma educação de qualidade com vistas a despertar uma consciência crítica em nível individual e coletivo também pode ser notada em escolas públicas, com uma infraestrutura prejudicada e em regiões que não apresentam condições socioeconômicas para isto, com a execução de políticas públicas associada ao esforço da comunidade e, principalmente, do Estado. Mesmo que uns ainda tenham mais privilégios que outros, Benevides (1996?) salienta que no sistema educacional brasileiro ainda persiste a “educação para a cidadania”, que se revela mais como algo cívico que independe das práticas democráticas, ou seja, o ensino da organização do Estado e dos direitos e deveres do cidadão. Neste sentido, há a necessidade de uma educação para a democracia, ou seja, a universalização do acesso à educação de qualidade e à formação de governados e governantes, entendendo que todos têm potencial para um dos papéis (BENEVIDES, 1996?).

A educação para a democracia de Benevides (1996?) e o sistema de educação libertadora de Freire (1997) convergem em um modelo de ensino que ultrapassa o analfabetismo político e as prioridades deixam de ser apenas absorver passivamente as informações, mas se tornam um processo de autonomia de pensamento crítico, de conhecimento e transformação da realidade, ou seja, um processo de conscientização.

Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. [...] A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. Mas esta posição deve ser permanente, a partir do momento em que denunciemos uma estrutura desumanizante sem nos comprometermos com a realidade, a partir do momento em que chegamos à conscientização do projeto, se deixarmos de ser utópicos nos burocratizamos. [...] Por isso mesmo, a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “desvela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e a que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante (FREIRE, 1979, p.16-17).

Tendo em vista a capacidade de todos de serem governados e governantes, situação que pode vir a ser de forma alternada ou mais de uma vez, Benevides (1996?, p.226) considera que “a educação para a democracia comporta duas dimensões: a formação para os valores republicanos e democráticos e a formação para a tomada de decisões políticas em todos os níveis”. Neste sentido, a autora destaca três elementos para a compreensão deste modelo. São eles:

- a) Formação intelectual e a informação:** trata-se de introduzir o cidadão nas mais diversas áreas do conhecimento, assim evitando a marginalização por falta de informação. “A falta, ou insuficiência de informações reforça as desigualdades, fomenta injustiças e pode levar a uma verdadeira segregação” (BENEVIDES, 1996?, p.226). A autora aponta que essa formação leva ao desenvolvimento de um valor solidário, tendo em vista que o ser humano tome consciência de sua dignidade e dos demais. Neste sentido, as políticas públicas assumiram o posto de “fortalecer o povo perante o Estado, e não o contrário” (BENEVIDES, 1996?, p.228);
- b) Educação moral:** é a consciência ética, formada a partir de valores republicanos e democráticos, intelectuais, sentimentais e racionais. Para Benevides (1996?), consiste na formação para a participação na vida pública como cidadão comum ou como governante. “Essa educação, acrescento, tem

uma metodologia própria, cuja estrutura é dada pelas regras da argumentação, com sua lógica própria” (BENEVIDES, 1996?, p.228). Benevides (1996?) entende por valores republicanos o respeito às leis, o respeito ao bem público, acima do interesse privado, e o sentimento de responsabilidade no exercício do poder, englobando os conceitos de *accountability*, que corresponde a prestação de contas pelas instituições e indivíduos que estão exercendo o poder, e *responsibility*, que diz respeito à sujeição de todos às leis previstas. Quanto aos valores democráticos, a autora destaca a igualdade, o respeito integral aos direitos humanos e a vontade da maioria, considerando os direitos das minorias e prezando pela diversidade e pela tolerância;

c) Educação do comportamento: refere-se ao sentimento de empatia, de solidariedade e de colaboração para com o coletivo expressos em ações e atitudes.

A educação e a democracia influenciam uma à outra. De acordo com Benevides (1996?), não existe democracia sem a formação de cidadãos democráticos e essa formação depende da existência de um sistema educacional que acarrete em possibilidades para uma educação democrática.

Mas o que é de fato a democracia? Para Benevides (1996), a democracia é, em síntese, um regime político que prioriza os direitos humanos e a soberania popular. Sob a perspectiva de John Dewey, a democracia é vista, por um lado, como uma ideia e, por outro, como um sistema de governo (POGREBINSCHI, 2004). Segundo Pogrebinschi (2004), a ideia de democracia de Dewey é vasta e transcende a noção de Estado, abrangendo as relações familiares, acadêmicas, religiosas e profissionais, sendo considerada um modo de vida. O autor afirma que a democracia como um sistema de governo, ou seja, a “democracia política” corresponde às instituições e ao maquinário político. Na visão de Dewey, a ideia de democracia não pode ser confundida com seus órgãos e estruturas internas, isso porque a ideia não muda e pode ser exercida com a revisão e modificação do sistema de governo (POGREBINSCHI, 2004).

O pensamento de Dewey conversa com o de Freire a partir do entendimento que é necessário discutir formas de melhorar a democracia para ampliar os

mecanismos de escolha de governantes e a deliberação de políticas. Dewey também ponderou questões voltadas para a pedagogia e acreditava que os estudantes deveriam ser incentivados a aprender os conteúdos escolares por meio de situações reais, apresentadas pelos professores, assim colaborando para o desenvolvimento de um raciocínio crítico e próprio (CARON; SOUZA; SOUZA, 2016).

Para Dewey, a vida comunitária está vinculada à ideia de democracia, uma vez que é na comunidade que este conceito deixa de ser utópico (POGREBINSCHI, 2004). Por esse motivo, a promoção de mecanismos de participação da comunidade na democracia como um sistema de governo é essencial para a vida individual e comunitária. De acordo com Pogrebinschi (2004), à medida em que os indivíduos passam a participar mais da regulação da vida comum, conjuntura chamada pelo autor de auto-realização, se estabelece uma espécie de autogoverno e, conseqüentemente, a comunidade passa a ser uma democracia participativa.

Desse modo, o governo e suas instituições constituem apenas uma das várias atividades associativas da comunidade. Os cidadãos deweyanos não precisam de um governo que não seja o deles próprios, a ser exercido de maneira direta e constante - seja em casa, na escola, no trabalho, nas inúmeras associações com seus múltiplos fins: a democracia faz-se a si mesma em toda parte (POGREBINSCHI, 2004, p.47).

A representação dentro da democracia participativa não é descartada por Dewey. Para ele, todos os governos são representativos, tendo em vista que “eles pretendem manter os interesses do público no comportamento dos indivíduos e dos grupos” (POGREBINSCHI, 2004, p.47). Ao explicar essa relação, o autor destaca a potencial dualidade de papéis já abordada neste trabalho: a de governantes e governados. Neste contexto, segundo Pogrebinschi (2004, p.47):

Um governo apenas é representativo quando o público está definitivamente organizado em sua intenção de assegurar o predomínio da prosperidade pública sobre quaisquer outros desejos que cada membro individual da comunidade tenha em seus papéis e ações não-políticas (POGREBINSCHI, 2004, p.47).

Entende-se que a democracia de Dewey é política e social, visto que a ideia de democracia vai além das instituições e do poder que os governantes exercem, e estabelece o indivíduo como protagonista dentro da formulação de políticas públicas, promovendo a individualidade e o bem comum (POGREBINSCHI, 2004).

4.2 Participação política e internet

Gomes (2005) considera que para satisfazer a democracia em um nível socialmente relevante de participação democrática, o cidadão deveria ter: conhecimento político estrutural e circunstancial suficientes para o habilitar a compreender os negócios públicos e o jogo político por completo; acesso aos debates públicos, proporcionando que o cidadão se envolva no processo e desenvolva seus próprios argumentos; meios e oportunidades de participação e deliberação em instituições democráticas ou em grupos de pressão nacionais ou locais; canais e possibilidades efetivas de comunicação entre a esfera civil e os seus representantes locais, nacionais e internacionais.

As sociedades contemporâneas se manifestam incapazes de atender estes requisitos, conseqüentemente, apresentam um déficit de participação política (GOMES, 2005). Considerando os níveis de participação, existem dois tipos de democracia para Gomes (2005, p.59-60):

[...] há desde modelos mais institucionais de democracia aos quais bastaria, em princípio, a indicação de um déficit de participação civil na genérica “vida pública”, até modelos de democracia forte (participativa ou direta) que vêem uma crise justamente na baixa efetividade política do cidadão, no baixo nível de influência civil na esfera de decisão política. Ficando nos dois extremos do exemplo, a uns bastaria que a população votasse e fosse politicamente bem informada enquanto a outros seria necessário, ademais, que o cidadão tivesse oportunidades de deliberação no que se refere às políticas adotadas pelo Estado (GOMES, 2005, p.59-60).

Assim sendo, a busca por uma democracia de alta intensidade deve permitir que os indivíduos utilizem os fluxos comunicativos que perpassam as esferas públicas para reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, embasados pelas informações disponíveis, possibilitando que os cidadãos experimentem a realidade (PEREIRA, 2011).

Para Gomes (2005), quando falta participação política, também faltam outros aspectos para a vida democrática, um deles é a cultura política, entendido pelo autor, como valores, convicções e representações sobre o assunto. “Parece ausente a esta mentalidade a sensação de que há uma conexão de causa e efeito entre a ação do cidadão e o modo como as coisas referentes ao Estado se decidem” (GOMES, 2005, p.60).

A liberdade de expressão e o acesso à informação através da pluralidade de veículos e meios de comunicação são essenciais na construção das relações de poder. Acredita-se que a internet tenha aproximado o cidadão dos assuntos relacionados à política e que, por meio dela, os indivíduos tendem a participar das decisões políticas ou, pelo menos, ter conhecimento sobre os últimos fatos, favorecendo a democracia. “A internet aumenta o escopo das possíveis práticas que podem ou não favorecer a legitimidade do sistema democrático” (PEREIRA, 2011, p.5).

Segundo Gomes (2005), dois temas se destacam na literatura sobre o impacto da internet na participação política: primeiro, o revigoramento da esfera da discussão pública como efeito da internet como um novo meio de comunicação política; segundo, a capacidade da internet, especificamente, de superar o déficit democrático dos tradicionais meios de comunicação de massa. Tendo em vista este último ponto, Gomes (2005, p.63) analisa que

O jornalismo, na fase da indústria da informação, não teria mais a cidadania como sua referência básica, orientando-se por princípios internos ao campo do jornalismo ou por circunstâncias industriais de sobrevivência e lucro num mercado competitivo. Por sua vez, a esfera civil tenderia a não conferir credibilidade ao jornalismo, outrora autodesignado cão de guarda do interesse público, e passaria a desconfiar da relevância e da veracidade da informação política disponível (GOMES, 2005, p.63).

Neste sentido, para o autor, a consequência da falha dos meios de comunicação tradicionais resulta em um baixo teor de informação política qualificada, “a que se contrapõe um volume considerável de representações que desqualificam sujeitos, procedimentos e princípios do campo político” (GOMES, 2005, p.63). Por este motivo e pela falta de visibilidade das novas temáticas propostas pelos movimentos sociais que estes movimentos buscam na internet uma forma de contrapor as visões externas construídas pela mídia tradicional em geral e apresentar sua própria versão através da conquista de uma autonomia em relação a esses meios tidos como “oficiais” (PEREIRA, 2011).

Além da enorme disponibilidade do sistema de informação política, produzida pelo próprio campo político, da esfera civil e da mídia impressa, televisiva e radiofônica, disponível no ambiente digital, Gomes (2005, p.66-69) elenca outras sete vantagens democráticas da internet:

- a) **Superação dos limites de tempo e espaço para a participação política;**
- b) **Extensão e qualidade do estoque de informações *online*;**
- c) **Comodidade, conforto, conveniência e custo:** refere-se a ter acesso à informação a partir do ambiente digital em qualquer lugar e à qualquer horário dependendo apenas da disponibilidade do usuário;
- d) **Facilidade e extensão de acesso:** segundo Gomes (2005), trata-se da superação de uma situação de segredo ou de reserva que serve como ameaça a qualquer regime democrático. “A internet pode constituir uma oportunidade, possivelmente inalcançável por outros meios, de disponibilidade, abertura e transparência” (GOMES, 2005, p.67);
- e) **Sem filtros nem controles:** este aspecto é considerado pelo autor como parte do charme literário da internet por ser uma zona protegida onde poderiam prosperar as liberdades básicas de expressão e opinião;
- f) **Interatividade e interação:** de acordo com Gomes (2005, p.68):

A interação política é, neste sentido, uma forma de incrementar o poder simbólico e material do público como eleitor, mas também como sujeito constante de convicções, posições e vontade a respeito dos negócios públicos. Além disso, se a interação é capaz, pelo menos em princípio, de levar os agentes políticos a alterarem as suas posições políticas para melhor ajustá-las à disposição do público, é também, por consequência, capaz de produzir um efeito igualmente importante na cultura política, pois contribui ao mesmo tempo para recompor a sensação de efetividade política da esfera civil e para produzir o sentimento de que os agentes políticos devem responder à cidadania pelas suas decisões e pelas suas ações referentes aos negócios de interesse público. Leva, portanto, à formação de um cidadão mais cioso da sua força política e a uma classe política mais ciente das suas obrigações democráticas de prestação pública de contas (GOMES, 2005, p.68).

- g) **Oportunidade para vozes minoritárias ou excluídas:** refere-se ao potencial da internet de ser o meio de comunicação ideal para vozes que são postas à margem dos fluxos predominantes de comunicação e para as que são estranhas à participação política em suas formas tradicionais, conforme Gomes (2005). “[...] um modelo de militância confortável e conveniente, mas nem por isso desprovida de efeito e sentido” (GOMES, 2005, p.69). De acordo com o autor, essa militância confortável seria, por exemplo, a atuação individual em blogs e intervenções pontuais. Para ele, esse tipo de militância vai em uma via e a das ONGs ou movimentos maiores vão em outra. Como já

citado nos itens acima, Gomes (2005) não enxerga a comodidade como algo negativo, mas sim aliado a ideia de que a internet está disponível para que os usuários possam usar quando quiserem e da maneira que preferirem.

Contudo, Pereira (2011) afirma que mesmo com todas as possibilidades e a rapidez de informação promovidas pela internet, é necessário ponderar que tanto esta tecnologia quanto os seus usuários estão sujeitos às relações de poder existentes *offline*. Para o autor, “a mudança das relações de poder que a internet possibilita só poderá acontecer se esta estiver situada em uma configuração mais ampla fora da internet que também esteja favorável à mudança” (PEREIRA, 2011, p.8-9).

Neste sentido, é evidente que a internet ainda apresenta algumas carências relacionadas à sua contribuição para a participação política. Gomes (2005) aponta que grande parte da literatura que trata das críticas à internet se dirige mais aos entusiastas do meio, chamados por ele de *ciberentusiasmados*, do que à própria arquitetura técnica da internet ou a rede como fato social. As desvantagens apresentadas por Gomes (2005, p.70-75) são:

- a) **Informação política qualificada:** para o autor, a maior parte da informação política tem como fonte indivíduos privados com interesses políticos, tendo em vista que a internet dispõe de informações da indústria da informação, das instituições e organizações da sociedade civil, e de agentes do campo político. Os interesses de mercado e políticos acabam interferindo na informação, mesmo que ela seja de qualidade.

O problema relativo a este tipo de informação diz respeito à seleção, credibilidade, relevância e confiabilidade. Como pode o cidadão comum distinguir num volume absurdo de informação política entre aquela confiável, veraz e relevante e aquela errônea, distorcida e falsa? A elite, mesmo aquela pertencente à esfera civil, está aparelhada para operar, sem grandes problemas, esta distinção, mas é justamente a elite quem dela não precisaria, em princípio, porque possui outras fontes e recursos para formar o próprio quadro de conhecimento sobre a política (GOMES, 2005, p.70).

- b) **Desigualdade de acesso:** segundo Gomes (2005), uma autêntica experiência democrática depende de uma paridade superior a quaisquer outras disparidades que apareçam posteriormente. Por isso, os sistemas democráticos devem buscar por uma equidade de meios e recursos, proporcionando a inclusão de todos para a ação política. Entretanto, há uma

distribuição desigual de competências técnicas, de recursos financeiros e de habilidades educacionais que se torna uma desigualdade de oportunidades políticas. Neste sentido, o Gomes (2005, p.72) afirma que

[...] ao invés de resolver as desigualdades anteriores, torna-as ainda mais graves quando o crescente aumento das oportunidades digitais de participação política termina por ficar fora do alcance de uma parcela considerável da população (GOMES, 2005, p.72).

c) Cultura política: neste item, o autor indaga sobre o interesse do usuário da internet em informação política, atentando à abundante informação disponível no meio digital. Segundo Gomes (2005):

Temos poucos indícios empíricos de haver suficiente vontade e interesse no jogo político, no processo político e no estado dos negócios públicos para superar o senso de apatia predominante na cultura política contemporânea” e apenas a mudança do meio de informação não poderia modificar essa cultura (GOMES, 2005, p.72).

Neste sentido, Pereira (2011) indica que a mobilização política dos usuários da internet parte do princípio de que eles já se interessavam por questões políticas fora do meio, mas que ter acesso ao meio é fundamental para que os indivíduos despertem o interesse político.

A internet é uma arma fundamental para atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas de organização da sociedade civil, estejam dispostos, desde que sejam “devidamente” convencidos, a participar de ações específicas de protesto, *cybernéticas* ou não, que tenham alguma identidade com seus interesses e percepções de mundo. Este engajamento possui uma característica fundamental que é a liberdade do militante “não formal” de se envolver quando quiser e onde quiser, sem os altos custos da participação “formal”. A participação em *cyberações* por militantes ocasionais poderá ou não se desdobrar em uma participação fora da internet, mas não se trata de um pressuposto exigido pelos movimentos, sendo que a não participação não acarreta alguma forma de sanção (PEREIRA, 2011, p.16).

Ainda segundo Pereira (2011, p.16-17):

[...] o processo de mobilização deve ser composto por dois momentos: primeiro, o convencimento da importância de tal temática e a construção de um consenso em torno dela; e segundo, a mobilização presencial (manifestações de rua, boicotes, etc) ou *online* (retransmissão de e-mails, assinaturas virtuais, desobediência civil eletrônica) (PEREIRA, 2011, p.16-17).

d) Os meios de comunicação de massa continuam predominando: conforme Gomes (2005), a internet não simboliza uma ameaça para que os meios tradicionais percam valor e controle na esfera da visibilidade pública. Pelo contrário, a internet se transformou em uma oportunidade, já que a mídia

tradicional usa o ambiente digital para disponibilizar o conteúdo transmitido nos meios originais e também está ocupando a internet com materiais específicos para as plataformas digitais;

- e) O sistema político continua fechado:** da mesma forma que o meio de comunicação não muda a cultura política dos usuários, o meio também não muda a máquina política. Gomes (2005) expõe o exemplo dos partidos políticos que usam a internet apenas para propagandas, política de imagem e conduzir a opinião pública, ou seja, nada diferente do que faziam antes. Assim, o autor conclui que:

os partidos políticos são uma máquina para a normalização, isto é, um aparelho de assimilação, de enfraquecimento de alternativas ousadas, de manutenção do seu sistema de vida, de forma que as forças que defendem a internet como alternativa teriam que representar um contrapoder muito mais forte do que atualmente representam para ter alguma chance contra eles (GOMES, 2005, p.74).

Sampaio (2010) afirma que há um segundo viés defendido pela literatura otimista da internet para explicar a comodidade da participação política. Segundo o autor, a resistência em aceitar as mudanças propostas pela internet estaria relacionada a questões financeiras. “O custo da participação política é repassado ao sistema político formal, que precisa criar as ferramentas *online*, gerenciá-las e incentivar o público a usá-las” (SAMPAIO, 2010, p.42).

- f) Liberdade e controle:** contrariamente ao que viam os entusiastas da internet, os críticos apontam a liberdade e a falta de controle do meio como algo negativo. Segundo o autor, de um lado, a internet promove a liberdade de expressão e uma experiência democrática. De outro, ela se “transformou no paraíso dos conservadores, da ultradireita, dos racistas e dos xenófobos” (GOMES, 2005, p.74), garantindo um refúgio seguro e próprio, ainda mais quando se fala do anonimato possibilitado pelo mundo digital;

- g) O panótico e a ciberameaça:** levando em consideração as tecnologias de monitoramento e criptografia da internet, Gomes (2005, p.75) determina que:

na verdade, o que está em crise é uma concepção unidimensional da internet, que nela divisava apenas um instrumento para o progresso e para a democracia. Aparentemente, também aqui o que pode ser usado para o bem pode igualmente ser empregado para o mal. E a internet, seus

aparatos, sistemas e agentes tanto podem servir à democracia quanto ao seu contrário (GOMES, 2005, p. 75).

Sampaio (2010) apresenta uma linha mais ponderada da literatura que estuda a relação entre internet e participação política. O autor afirma que em ambas as visões citadas acima, há a presença de dois determinismos antagônicos: o socioeconômico e o tecnológico. Para Sampaio (2010), o primeiro tende a alegar que a internet é neutra, ou seja, os fatores determinantes para a participação política e para a deliberação *on-line* são os mesmos para a ação *offline*. Tratar a internet como neutra implica em um desconhecimento dos avanços democráticos que ela proporciona a partir das diversas utilizações de ferramentas digitais (SAMPAIO, 2010). Mesmo assim, de acordo com Sampaio (2010), o fator socioeconômico importa, tendo em vista que os governos podem estabelecer a direção da pesquisa tecnológica, mas subestima a tecnologia como influenciador das formas como as ferramentas serão utilizadas.

Por exemplo, um fórum de discussão *online* com o design adequado pode facilitar uma deliberação pública. No outro sentido, um instrumento digital mal planejado de transparência do governo pode dificultar a leitura, a navegação pelos relatórios e a busca de informações específicas. Para o determinismo socioeconômico, a internet é considerada um meio, muitas vezes neutro, a ser usado. Uma simples ferramenta. Assim, tal visão subestima os efeitos da tecnologia sobre os usuários (SAMPAIO, 2010, p.43).

Já no determinismo tecnológico, a internet deixa de ser uma ferramenta e lhe é designado o potencial de salvar ou destruir a democracia, por esse motivo é necessário compreender a distinção de como essa tecnologia foi criada, qual o porquê por trás dessa criação e também quem determinou, assim podendo determinar seus efeitos (SAMPAIO, 2010). Neste sentido, Sampaio (2010) retorna ao pensamento de que a internet não é neutra, considerando que sua criação como ferramenta está ligada à ideia de necessidade, ou seja, é uma tecnologia que está envolta por interesses particulares.

Pouca validade tem, por exemplo, investigar o site de uma prefeitura buscando ferramentas participativas e deliberativas, se o gabinete por trás dela tem uma linha claramente liberal, que irá valorizar *accountability* e transparência. Nesse sentido, quando avaliar a participação política *online* ou mesmo projetos que visem fomentar valores democráticos, como iniciativas de democracia digital ou de governo eletrônico, deve-se reconhecer que tais projetos são afetados pelo sistema político formal, que está por trás de seu desenvolvimento (SAMPAIO, 2010, p.45).

Mesmo não sendo neutra, a internet só emprega seu valor sendo utilizada e existem diversas formas de uso, dependendo do que se tem em mente (SAMPAIO, 2010). O portal “Transparência Brasil” é citado por Sampaio (2010) como existindo exclusivamente pela presença da internet. Ademais, o autor coloca a internet com um facilitador na divulgação de dados e contas do poder público, atentando ao fato de que sem esta tecnologia também seria possível essa exposição, porém implicaria em maiores custos e maior tempo de procura e organização tanto para quem o desenvolve, quanto para o cidadão interessado.

Logo, a internet é um recurso tecnológico que apresenta uma série de oportunidades a partir dos instrumentos, das plataformas, sistemas e conteúdos que ela dispõe, que são capazes de corresponder a melhoria ou não de fatos sociais, como a participação política, considerando que o importante é que os cidadãos tenham acesso à internet e saibam se apropriar dos potenciais que o meio oferece, participando também dos processos de construção e regulamentação. Neste sentido, tendo em vista o acesso garantido, a internet é um mecanismo que reduz as barreiras de participação democrática, principalmente aos grupos excluídos que com a internet podem ter uma nova forma para interagir e cooperar para o interesse comum.

O ser humano é um sujeito informacional e político, logo o uso da internet pelos movimentos sociais é essencial para democratizar o acesso e a participação política, conseqüentemente, aumentando o nível de cidadania, tendo em vista que:

O papel dos movimentos sociais contemporâneos é o de promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, através da redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas), conteúdos e modos de interpretação de discursos existentes na esfera pública (PEREIRA, 2011, p.3).

Conforme Berrío-Zapata *et al* (2020, p.9), os problemas relacionados às brechas informacionais e de TICs se convertem em problemas políticos e de poder. Os autores ressaltam que as políticas e os programas públicos de inclusão digital devem olhar não apenas pela ótica do acesso, mas também pela problemática dos fatores socioculturais, como o patriarcado que dificulta o acesso à internet por mulheres. “Empoderar as mulheres com TICs demanda criar uma coletividade feminina organizada para enfrentar o patriarcado das estruturas sociais” (BERRÍO-ZAPATA *et al*, 2020, p.9). Para isso, Berrío-Zapata *et al* (2020, p.9)

reiteram a necessidade de atingir a insegurança que a informática gera em muitas mulheres por meio da educação e aprendizagem autônoma.

5 DESAFIOS HISTÓRICOS E ATUAIS PARA A INCLUSÃO DAS MULHERES

5.1 Gênero e tecnologia

Os estudos de gênero surgem para problematizar a determinação biológica da condição feminina, até então considerada pelos estudos sobre as mulheres como uma referência para o reconhecimento das mulheres, independentes de suas condições sociais (GROSSI, 1998). Pesquisadoras norte-americanas passaram a usar a categoria gênero para falar dos comportamentos sociais de homens e mulheres, entendendo que não há uma determinação natural para tal, apesar de existirem inúmeras regras sociais embasadas em argumentos biológicos, conforme Grossi (1998). A autora ressalta que:

a ciência, tal como a conhecemos, parece dar explicações “neutras” e “objetivas” para as relações sociais. No entanto, a ciência que aprendemos desde a escola reflete os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média, os quais refletem apenas uma parte social: a dos homens, brancos e heterossexuais. Sempre aprendemos que Homem com H maiúsculo se refere à humanidade como um todo, incluindo nela homens e mulheres. Mas o que os estudos de gênero têm mostrado é que, em geral, a ciência está falando apenas de uma parte desta humanidade, vista sob o ângulo masculino, e que não foi por acaso que, durante alguns séculos, havia poucas cientistas mulheres (GROSSI, 1998, p.4).

Segundo Grossi (1998), no Ocidente, o conceito de gênero está associado ao de sexualidade, resultando em problemáticas referentes à identidade de gênero e sexualidade (caracterizada pelo desejo sexual). Neste sentido, Grossi (1998, p.5) define gênero como “uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”. O gênero é uma construção social e por isso tende a mudar de acordo com as relações sociais e culturais desenvolvidas. Assim, apesar do processo não ser inato, desde a infância já agimos de acordo com o que é predeterminado socialmente ao gênero associado ao sexo.

Na verdade, sempre agimos como mulheres socialmente programadas e não, como costumamos pensar, como mulheres biologicamente determinadas. É claro que podemos (e devemos) modificar cotidianamente

aquilo que é esperado dos indivíduos do sexo feminino, pois o gênero (ou seja, aquilo que é associado ao sexo biológico) é algo que está permanentemente em mudança, e todos os nossos atos ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e de masculino. Na verdade, em todas as sociedades do planeta, o gênero está sendo, todo o tempo, ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso, diz-se que o gênero é mutável (GROSSI, 1998, p.6).

Consequentemente, tudo que é determinado culturalmente para o sexo biológico masculino e feminino é considerado papel de gênero, tendo em vista que pode mudar de uma cultura para outra, em concordância com Grossi (1998). Entende-se, por exemplo, que o contexto em que as mulheres são vistas como passivas e devem apenas cuidar dos trabalhos relativos à casa e à família, sendo subordinadas a seus familiares ou cônjuges masculinos, sem considerar suas capacidades nas áreas da ciência e da tecnologia, como uma definição tida culturalmente, ou seja, um papel de gênero. Contudo, os papéis de gênero estabelecem uma situação limitante, principalmente, às mulheres, que são constantemente descredibilizadas em áreas como a ciência e a tecnologia, tendo em vista que a condição do gênero não é um fator que diminui a capacidade intelectual. Entende-se que, nesta perspectiva, as mulheres não recebem as mesmas oportunidades em relação aos homens, resultando no número desequilibrado de mulheres e homens em diversas áreas do conhecimento e em posições de liderança na sociedade.

Silberstein (2016) também destaca a invisibilidade de mulheres que tiveram uma atuação considerável em ramos dominados pelo gênero masculino. Um exemplo deste esquecimento é Mileva Marić, física e matemática, que compartilhava o amor pela ciência com seu marido Albert Einstein, famoso por desenvolver a teoria da relatividade. Einstein ganhou diversos prêmios por suas contribuições no campo da física, inclusive um Nobel em 1921, mas o sucesso das teorias de Einstein não era somente dele. Vista como “uma velha bruxa”, “intelectual demais” e uma cientista brilhante (BBC, 2018), Mileva foi apagada da história, mas teve participação fundamental na construção do que é um dos pilares da física moderna e outras conquistas do físico. Atualmente, milhares de mulheres estão engajadas no movimento global, #NobelForMileva ou #NobelParaMileva, que busca o reconhecimento das contribuições de Mileva para a física.

Mileva não foi e não será a única mulher a viver à sombra de figuras masculinas. Além da questão propriamente do gênero, Silberstein (2016) levanta outro obstáculo: os estereótipos vinculados à cor da pele. Ou seja, mulheres negras podem vivenciar mais de perto e sofrer mais com essa barreira construída socialmente entre o gênero e a vida intelectual e profissional do que mulheres brancas. Vale destacar também aspectos sociais e econômicos, dependendo do local de residência e do patrimônio, as dificuldades podem ser maiores ou menores, mas sem deixar de existir. “Esta relação pode ajudar a desconstruir a ideia de que é um assunto já resolvido, ou que se autocorrigirá pelo simples aumento da presença das mulheres na academia” (SILBERSTEIN, 2016, p.31).

Segundo Silberstein (2016), esse cenário restritivo é também uma negação da potencialidade criadora das mulheres, entendendo a ciência não apenas como um repositório de saber, mas também como algo que é marcado pela curiosidade, que pode ter diferentes interpretações a partir vivências e experiências.

A intimidade humana com a criação/compreensão de sentidos e a particularidade de nosso manejo destes sentidos para estabelecer relações com o mundo são elementos bastante explorados para tentar entender e definir o ser humano. A negação desta potencialidade de descobrir e conhecer implicava inserir as mulheres em um lugar situado para fora do ser. E, além de uma negação da potencialidade do outro - neste caso, outras -, foi também uma negação de suas contribuições para a construção do saber científico (SILBERSTEIN, 2016, p.33).

Na psicologia da personalidade, por exemplo, as primeiras teorias desenvolvidas no início do século XX ilustram a aplicação de conceitos com exemplos mais masculinos (SCHULTZ; SCHULTZ, 2015). Freud, reconhecido mundialmente por sua teoria da personalidade que define a infância como determinante na formação da personalidade, fala muito pouco sobre como ela se aplica às meninas. Por outro lado, as mulheres representavam a maioria nos estudos clínicos relatados. No entanto, para alguns pesquisadores, esse dado seria mais uma indicação de que mulheres seriam percebidas como mais vulneráveis a transtornos de personalidade. A cultura da época, o homem visto como entidade de poder e conflitos pessoais de Freud podem ter interferido nesta conjuntura, o que reflete a importância de inserir as mulheres neste ambiente científico para incorporar a perspectiva feminina em pesquisas sobre o gênero e outros assuntos.

Para Berrío-Zapata *et al* (2020), o fenômeno conceituado como Exclusão Digital de Gênero (EDG) é considerado como uma das oito temáticas mais relevantes, enquanto citação e produção, relacionado ao assunto do “empoderamento”. Ainda assim, Berrío-Zapata *et al* (2020) registram que o conceito não foi citado na mesma proporção que os outros temas, sendo 1% contra 13% na área de Computação, em inglês, 12% contra 42% sobre desenvolvimento, em espanhol, e 0% em português. Neste sentido, conclui-se que não existem pesquisas amplamente citadas na América Latina.

A exclusão digital em razão do gênero na TIC é um fenômeno que passa despercebido em função de sua sutileza, afetando atividades em que dificilmente se imaginaria a existência de julgamentos e atribuições baseadas no sexo biológico e não na aptidão ou vocação (BERRÍO-ZAPATA *et al*, 2020, p.2).

As novas TICs proporcionam uma mudança na organização social no que tange à natureza das atividades desenvolvidas tradicionalmente por homens e mulheres nas esferas públicas e privadas. Maciel (2015) afirma que o acesso às TICS é responsável por ser um instrumento de transformação social e de desenvolvimento de processos, técnicas e canais de comunicação que podem reforçar a atuação das mulheres como sujeitos políticos e comunicacionais.

“O preconceito em relação à capacidade da mulher em lidar com a tecnologia é uma das principais barreiras de acesso dentro e fora dos grupos de mulheres” (MACIEL, 2015, p.38). Assim, ao contrário do imaginário social que aponta o gênero como uma condição limitante para o desenvolvimento de certas atividades, compreende-se que as mulheres sempre foram capazes de realizar tais atividades, mas sofrem com a constante falta de oportunidade de acessar os meios necessários e com a descrença gerada através de uma construção social e histórica.

Pois aptas, as mulheres sempre foram, como também ainda serão, por questões históricas e culturais, barradas no acesso às oportunidades. A mulher efetivamente excluída é aquela que se quer sabe, e é coibida a saber que não tem direito, e assim se torna incapaz de elaborar postura crítica de que são excluídas porque assim são mantidas (MACIEL, 2015, p.38).

Segundo estudo do BID, IICA e Microsoft (2020), 86% das mulheres possuem telefonia móvel e 31 milhões ainda estão desconectadas no Brasil, Argentina, República Dominicana, Guatemala e México. O levantamento indica que, mesmo tendo acesso aos dados móveis, as mulheres utilizam menos que os homens e

gastam em serviços móveis 17% menos do que eles, em 2019. Não há dados específicos para o setor rural em toda a América Latina e Caribe, mas existem estimativas que ressaltam que as mulheres que habitam áreas rurais, têm baixo nível de escolaridade, incluindo as que não sabem ler e/ou escrever, e são maiores de 45 anos têm uma tendência maior à desconexão (BID; IICA; MICROSOFT, 2020). A acessibilidade, a segurança pessoal e a alfabetização em habilidades digitais também são inseridas nas barreiras que impedem a inclusão digital das mulheres.

Para Maciel (2015), a difusão das TICs pode criar aberturas para a introdução das mulheres no mercado de trabalho, consequentemente, aumentando seu acesso a oportunidades econômicas e contribuindo para o seu empoderamento econômico. A Internet é capaz de oferecer aos seus usuários experiências educacionais, a partir dos conhecimentos de diversas áreas disponíveis no meio, mercadológicas e também de entretenimento (jogos, conteúdos audiovisuais e outros).

Reduzir o hiato de gênero, além de gerar receitas para as empresas que apoiam essa atividade, melhoraria o acesso a bens culturais e a serviços de saúde, de educação, de cultura e de aspectos relacionados à vida em geral, o que redundaria em melhores condições de bem-estar (BID; IICA; MICROSOFT, 2020, p.61).

Para Berrío-Zapata *et al* (2020), apesar da EDG aparentar um enfraquecimento pelo acréscimo do acesso feminino às TICs, as mulheres estão cada vez menos representadas nos setores de educação e nos empregos referentes à Tecnologia da Informação (TI) e ausentes das suas altas hierarquias, isso porque há uma crescente masculinização destas áreas.

A tecnologia tornou-se a ferramenta necessária para disciplinar a “natureza fêmea” e fazê-la funcionar na sua relação com o homem. A participação da mulher em atividades de ciência e tecnologia foi desacreditada, e as mulheres cientistas na TI terminaram encarando estruturas semióticas masculinas que desvalorizam a perspectiva feminina, instalando uma cultura machista de competição e depredação. Como resultado, temos um baixo número de mentoras na ciência da computação e na TI, e a permanente sensação de “dificuldade” por parte das estudantes mulheres, sempre reforçada pelos estereótipos sobre as “incapacidades naturais” da mulher (BERRÍO-ZAPATA *et al*, 2020, p.4).

A ciência moderna, que se identifica como um sistema de conhecimento liberto de valor e capaz de chegar a conclusões sobre quase todos os assuntos, é caracterizada por um paradigma reducionista ou mecânico proposto especificamente pelo homem ocidental durante os séculos XV e XVI, reconhece Shiva (1993, p.2). Para a autora, os países menos desenvolvidos e os movimentos feministas

começaram a reconhecer, recentemente, que este é um sistema dominado pelos homens e que sua força libertadora era apenas para eles, embora se legitimasse como um benefício universal, “com uma projeção ocidental, de orientação masculina e patriarcal que, necessariamente, impõe a subjugação quer da natureza quer da mulher” (SHIVA, 1993, p.1).

Shiva (1993, p.3) classifica como reducionista a tradição da revolução científica, principalmente, por dividir o conhecimento e tratar o não especializado como ignorância e, assim, reduzir as formas que os indivíduos têm de conhecer a natureza e manipular a ciência tornando-a um processo mecânico e uniforme.

A ciência reducionista é uma fonte de violência contra a natureza e a mulher, na medida em que as subjugam e despoja da sua produtividade, energia e potencial plenos. Os pressupostos epistemológicos do reducionismo estão relacionados com os seus pressupostos ontológicos: a uniformidade permite que o conhecimento de partes de um sistema passem a ser o conhecimento do todo. A divisibilidade permite a abstração do conhecimento fora de contexto e gera critérios de validade baseados na alienação e na não participação, que é depois projetada como “objetividade”. “Peritos” e “especialistas” são assim projetados como os únicos investigadores e produtores legítimos de conhecimento (SHIVA, 1993, p.4).

Silberstein (2016) evidencia dois caminhos para solucionar o machismo existente no âmbito acadêmico: o primeiro vê o machismo como um aspecto negativo da ciência, poderia corrigir estas práticas ao construir e priorizar o que a autora chama de princípios reguladores do próprio pensamento científico; já o segundo caminho “propõe que o machismo está nas próprias raízes da ciência, pondo em dúvida conceitos como verdade e objetividade” (SILBERSTEIN, 2016, p.37), ou seja, neste segundo caminho é percebido que a ciência foi criada majoritariamente sob um olhar machista.

As mulheres foram historicamente afastadas do desenvolvimento tecnológico e científico, sendo limitadas a trabalhos básicos ou do lar, e por isso ainda lutam contra o conflito entre o seu papel social feminino como membros de família (irmã, filhas, mães e esposas) e a manutenção de suas atividades profissionais e científicas, que demandam domínio das TICs (BERRÍO-ZAPATA *et al*, 2020). Além dessa condição histórica, segundo Berrío-Zapata *et al* (2020), o contínuo avanço das TICs cria novas ondas de exclusão, pois há um favorecimento explícito dos grupos privilegiados social e economicamente. Para os autores, estes grupos têm o hábito de adotar e trocar os paradigmas tecnológicos por conta das suas rotinas

enriquecidas de socialização tecnológica, aprendizagem e desaprendizagem. “As mulheres foram sistematicamente banidas destes grupos e espaços, mesmo as de estrato socioeconômico alto” (BERRÍO-ZAPATA *et al*, 2020, p.5). Assim, baseados em outros autores, para Berrío-Zapata *et al* (2020, p.5-6):

a rede social na qual se inserem as competências adquiridas determinará seu desenvolvimento ou extinção, colocando à disposição do sujeito os meios para fazer deles elementos úteis e valorados socialmente, ou não. Assim, a representação social facilita ou dificulta o desempenho das mulheres em penetrar no novo paradigma tecnológico, independente de quão fortes sejam elas no seu domínio. A percepção social de baixa aceitabilidade sobre o papel da mulher no contexto tecnológico dificulta o empenho em utilizar e criar TIC, exercendo pressão para que a pessoa abandone sua tentativa de ser aceita pela comunidade de prática¹⁰, e de identificar com a TI como seu projeto de vida (BERRÍO-ZAPATA *et al*, 2020, p.6).

A problemática da EDG perpassa não apenas pelo acesso e apropriação das TICs, mas também pelas diferentes formas de uso da internet realizadas entre homens e mulheres, que contribuem para a desigualdade de exclusão. Os estudos de usuários da internet mostram que as mulheres são mais criteriosas e dedicadas quanto ao uso do meio digital para a comunicação e educação, considerando que a única atividade em que elas superam os homens em tempo de uso é na busca por informações médicas voltadas para o cuidado familiar. Já a atividade digital dos homens é mais intensa e diversa, sendo majoritariamente relacionada à busca de informação e ao uso lúdico dos jogos *on-line* (BERRÍO-ZAPATA *et al*, 2020; MACIEL, 2015).

Para Berrío-Zapata *et al* (2020), essas conclusões não diminuem a capacidade feminina no domínio das TICs, mas acabaram sendo implantadas pelo discurso patriarcal.

O uso que se faz da tecnologia determina o desenvolvimento profissional e vital das pessoas. Cada vez que um sujeito “interage” com a TI está interagindo com o gênero, e assim fica reproduzindo um mundo onde as experiências tecnológicas foram historicamente monopolizadas por homens (BERRÍO-ZAPATA *et al*, 2020, p.4).

A partir do momento em que as condições desfavoráveis de emprego, saúde, renda e educação são superadas, as mulheres passam a ter mais acesso às TICs e a ser usuárias mais ativas das ferramentas digitais, inclusive a característica comunicativa das mulheres quanto à utilização da internet pode representar uma

¹⁰ Grupo de experts reconhecidos socialmente.

vantagem, já que as tecnologias são de uso intuitivo em geral (HILBERT, 2011 *apud* MACIEL, 2015).

5.2 A construção das mulheres rurais como sujeitos políticos

A participação das mulheres trabalhadoras rurais nos movimentos sociais e políticos dos agricultores brasileiros nem sempre foi reconhecida, dado que até a inserção feminina nestes movimentos realizava-se através da participação dos respectivos maridos ou de outros familiares. Apenas a partir da década de 80, elas passaram a lutar por problemas que lhes eram específicos (CARNEIRO, 1994; SILIPRANDI, 2009). Durante a ditadura militar no Brasil, a atuação das mulheres rurais na mobilização política passou a ser reconhecida e fortalecida, principalmente, porque seus maridos ou familiares do gênero masculino foram presos e elas se posicionaram como líderes, assim como é mostrado no filme documentário “Cabra marcado para morrer”¹¹, de 1984, que mostra a história de Elizabeth Teixeira, trabalhadora rural e ativista, que assumiu a liderança das Ligas Camponesas em Sapé, na Paraíba, após o assassinato do líder do movimento e seu marido, João Pedro Teixeira.

Conforme Carneiro (1994), a participação das mulheres no movimento dos trabalhadores integrava um conjunto de lutas da própria categoria social contra a exploração ou contra a expropriação, sem considerar as distinções de gênero. “Talvez a força dessa liderança estivesse justamente na quebra dos valores tradicionais da identidade feminina e na inversão radical de papéis” (CARNEIRO, 1994, p.11-12). A mobilização era gerada pelo reconhecimento de pertencer a uma determinada categoria social e política e, assim, uma única identidade coletiva, reconhece a autora

Margarida Maria Alves, eleita presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, em 1973 e reeleita outras quatro vezes

¹¹ O filme documentário “Cabra marcado para morrer” (1984), dirigido por Eduardo Coutinho, mostra a luta camponesa em Sapé (PB) e em Engenho da Galiléia (PE) a partir da história dos líderes e militantes camponeses João Pedro Teixeira, assassinado por latifundiários, e Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro. As filmagens começaram em 1964, mas foram interrompidas por causa da ditadura militar no Brasil (1964 -1985) e retomaram 17 anos depois, em 1981.

consecutivas, é uma das líderes políticas consideradas símbolos desta fase inicial de mobilização. Em 12 de agosto de 1983, Margarida foi assassinada por pistoleiros contratados por latifundiários donos de usinas de cana-de-açúcar da região. Sua luta sindicalista de defesa dos direitos humanos e do envolvimento das mulheres na luta dos trabalhadores rurais inspirou o movimento Marcha das Margaridas¹².

A violência praticada contra Margarida Alves soma-se a outras impunemente exercidas contra líderes de movimentos sindicais, advogados e padres comprometidos com o interesse dos trabalhadores rurais. A sua morte e as condições em que ocorreram remetem, sem dúvida, a muitos outros assassinatos de líderes camponeses. No entanto, ao falarmos de Margarida, Elizabeth ou Maria Oneide, estamos falando também, por contraste, de milhares de outras que vivem o silêncio e a invisibilidade da situação de subordinação. O espanto com que a imprensa tratou, na época, o assassinato de Margarida não se deve, com certeza, exclusivamente à violência cometida - comum nas lutas sociais no campo - mas, sobretudo, ao fato de se tratar de uma mulher que ocupava uma posição destinada socialmente aos homens (CARNEIRO, 1994, p.13).

Siliprandi (2009) lembra que na década de 1970, durante o auge da ditadura militar no Brasil, o movimento sindical foi a única força política que se manteve organizada entre os trabalhadores rurais, mas que o sindicalismo da época se limitava à prestação de serviços médicos e odontológicos e ao encaminhamento de aposentadorias. A autora ressalta que a retomada da mobilização e da organização dos agricultores e agricultoras, como ferramenta de lutas sociais e políticas, se deu apenas com o aparecimento das pastorais sociais da Igreja Católica.

Segundo Carneiro (1994, p.13), “apesar de não haver impeditivo legal para a filiação feminina aos sindicatos rurais, diversas diretorias se colocavam contra e impediam, de muitas maneiras, a associação das mulheres”. O movimento das trabalhadoras rurais expôs a naturalidade com que era vista a lógica da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres se limitavam à esfera privada familiar, e na função produtiva, eram consideradas como ajudantes das figuras masculinas (PIMENTA, 2013). Mesmo que as mulheres trabalhadoras rurais sejam responsáveis pela produção de 51% dos alimentos na América Latina e Caribe e representem 43% da força de trabalho agrícola (BID; IICA; MICROSOFT, 2020), essa situação ainda se reproduz e, conforme Pimenta (2013), limita o acesso aos direitos sociais e

¹² A Marcha das Margaridas é uma ampla ação estratégica das mulheres do campo e da floresta, realizada desde 2000. Fortalecer a mobilização das mulheres rurais, denunciar e protestar contra todas as formas de violência, exploração e discriminação contra a mulher, e lutar por políticas públicas voltadas para a mulher do campo estão entre os principais objetivos políticos da Marcha. De acordo com o site Transformatório das Margaridas, a Marcha é reconhecida como a maior e mais efetiva ação das mulheres no Brasil.

multiplica as desigualdades de gênero na agricultura familiar e no trabalho assalariado, implicando também na exclusão das mulheres do sindicalismo.

A gente vê essa questão do patriarcado muito enraizada, principalmente no nosso meio rural, o preconceito, o domínio sobre tudo, sobre a propriedade, sobre a mulher também. Então, a gente vem conseguindo quebrar esses tabus hoje, mas tem muito que ser feito ainda em relação a essa nossa herança histórica. [...] A gente [mulheres] se reúne, se organiza, mas ainda estamos no processo dessa organização, porque nós temos a terra, porém não temos ainda subsídio para fazer um projeto só de mulher aqui dentro. [...] Quando a gente olha para o assentamento tem muitas mulheres hoje que são a chefe de família. Elas que plantam, elas que produzem o alimento, elas que cuidam (Entrevista de uma liderança feminina assentada concedida à autora deste trabalho em 2021).

Shiva (1993) aponta que ao labor dos agricultores não é atribuído valor, enquanto ao labor dos cientistas é acrescentado valor em termos de mercado. “Quando o labor é definido como não-labor, o valor torna-se não valor, os direitos não direitos e a invasão passa a ser definida como um melhoramento” (SHIVA, 1993, p.7). Para Shiva (1993), o trabalho das agricultoras, em especial, quando tido como biológico perde valor, pois não há o reconhecimento da capacidade e dos progressos realizados por elas.

Não existe uma linha clara entre a natureza e o labor humano despendido na semente cultivada e a natureza e o produto humano. O que a visão industrializadora considera natureza é o trabalho social de outros indivíduos, que pretende rebaixar definindo-o como não labor, como biologia e natureza, e definindo quer a natureza quer o trabalho da mulher como passivo (SHIVA, 1993, p.3).

Em 1985, devido à pressão das mulheres, o IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) aprovou um documento qualificando a mulher como trabalhadora rural e estabelecendo formas de pagamentos mensais que não prejudicassem a renda familiar, conforme Carneiro (1994). Ainda durante o IV Congresso da Contag, a falta de incentivo à participação das mulheres no sindicalismo rural foi evidenciada, além da constatação de que eles vivem situação de violência e discriminação específicas, como recomendação foi estabelecida a necessidade de estimular a sindicalização das mulheres, o treinamento de líderes sindicais e encontros de mulheres trabalhadoras rurais. Segundo Siliprandi (2009), mesmo depois da conquista do direito à sindicalização, muitos movimentos referentes à luta da mulher no campo se mantiveram independentes, por acreditarem que não havia valorização dessas mobilizações na estrutura sindical.

Para Carneiro (1994), apesar da identidade coletiva da mobilização das mulheres no campo ser fundada na definição tradicional das relações entre os gêneros, a luta pelo reconhecimento público do status social de trabalhadora rural foge desta definição e busca uma conquista referente à identidade feminina no processo político.

O que distingue essa participação feminina nas lutas do conjunto dos trabalhadores rurais é o fato de se estar tornando pública a situação da trabalhadora mulher que engloba outras identidades, o da trabalhadora mãe e o da trabalhadora esposa (CARNEIRO, 1994, p.14).

A política de cotas foi uma das estratégias adotadas pelos movimentos de mulheres para garantir a participação das trabalhadoras na luta por igualdade de direitos e oportunidades, principalmente em cargos de direção (PIMENTA, 2013). O consenso de que há a necessidade de uma ação afirmativa para assegurar a presença das mulheres no âmbito político rural e urbano se constrói em cima do reconhecimento de que não há igualdade entre os gêneros. As condições para o posicionamento de homens e mulheres como sujeitos políticos são diferentes e exigem políticas específicas para determinados grupos, mediada por questões sociais, culturais e econômicas, que oferecem sustentação política e fortalecimento das mulheres no exercício político sindical (PIMENTA, 2013). A autora lembra ainda que a categoria “mulher rural” ou “trabalhadora rural” engloba uma diversidade de identidades como assalariada, assentada, agricultora familiar, quilombola, quebradeira de coco, pescadora, extrativista, artesã e outras.

Segundo Pimenta (2013), a política de cotas é esvaziada em alguns argumentos masculinos, sendo tratada como algo que favorece a discriminação das mulheres do ambiente político sindical e que não condiz com os valores democráticos. Outros posicionamentos ainda mais machistas escancaram a resistência masculina à presença das mulheres com questionamentos à capacidade intelectual das mulheres em assumir cargos de liderança. Neste sentido, Pimenta (2013) coloca em pauta mais uma violência sofrida pelas mulheres rurais: a violência sindical, que aumenta à medida em que elas crescem politicamente e deve ser encarada como uma responsabilidade da sociedade e do Estado.

Por outro lado, as mulheres buscam enfrentar essa realidade combinando diferentes estratégias conforme a natureza do ato de poder/violência, reconhecendo sua dimensão pessoal, coletiva e política, apoiando as

companheiras de violência e estimulando-as a fazerem denúncias (PIMENTA, 2013, p.173).

As regiões Sul e Nordeste do Brasil se destacam no início das mobilizações. As principais reivindicações eram: o acesso das mulheres à terra (mediante a titulação conjunta com os companheiros, e a adjudicação de lotes a mulheres chefes de família, nos assentamentos de reforma agrária); o reconhecimento de trabalhadora rural (ao invés da identificação como “domésticas”); a garantia dos direitos sociais e previdenciários das trabalhadoras rurais; os direitos sindicais; questões relacionadas ao atendimento de saúde às mulheres; salários mais justos; controle sob as mercadorias que produziam; e outros pontos referentes às especificidades de cada região (CARNEIRO, 1994; SILIPRANDI, 2009).

As mulheres trabalhadoras rurais estiveram presentes ativamente - assim como todos os outros movimentos femininos entre 1986 e 1988 - na construção da nova Constituição Nacional, promulgada em 1988. Elas conquistaram o direito explícito à terra e sua inclusão como beneficiárias da previdência social para todos os fins na condição de seguradas especiais (SILIPRANDI, 2009).

Siliprandi (2009, p.131-133) destaca outros movimentos políticos que contribuíram para a estruturação pública da luta das mulheres trabalhadoras rurais:

- a) Em 1986, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Rurais, promovido pelos órgãos de extensão rural do Ministério da Agricultura;
- b) Os processos organizativos possibilitados pela Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, da Central Única dos Trabalhadores (CUT);
- c) Ações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que buscavam dar voz às mulheres, em geral, dentro do âmbito governamental;
- d) Em 1988, criou-se a Articulação das Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AIMTR), composta por outros movimentos, principalmente, do Sul e do Sudeste. Em 1995, a AIMTR promoveu um encontro nacional em São Paulo, onde se formou a Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) com representações de 17 estados;
- e) Para garantir a conquista na nova Constituição, em 1988, realizou-se a primeira Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais;

- f) No V Congresso da Contag, em 1991, a presença de mulheres passou a ser considerada. Neste mesmo congresso, a primeira mulher a participar de sua diretoria executiva foi eleita.

Outro movimento rural importante criado entre as décadas de 1970 e 1980, o Movimento Sem Terra (MST), que luta pela conquista da terra para o uso de trabalhadores e trabalhadoras rurais, tinham o entendimento de que as mulheres precisavam participar de todas as etapas das decisões políticas, incluindo a ocupação de terras e de prédios públicos, do enfrentamento com a polícia, da organização dos acampamentos e assentamentos (SILIPRANDI, 2009). Segundo Siliprandi (2009), apesar desta compreensão, as discussões de gênero não eram bem vistas dentro do movimento, que privilegiava uma abordagem de classe. “[...] após a obtenção da terra, era comum que as mulheres voltassem aos seus papéis anteriores, subordinadas aos homens” (SILIPRANDI, 2009, p.133). Apenas em 1996, ocorreu o I Encontro de Mulheres Militantes do MST, assim formou-se o Coletivo Nacional de Mulheres, mudando a perspectiva sobre gênero dentro do movimento.

A Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco surgiu em 1989 no norte do país e é um dos mais conhecidos e fortes até hoje. Siliprandi (2009) destaca a consolidação de uma identidade política forte entre as trabalhadoras que participavam do movimento. “Ser quebradeira de coco deixou de ser uma vergonha e passou a ser motivo de orgulho para suas integrantes, por estar identificado com uma luta social e ambiental” (SILIPRANDI, 2009, p.134). A Articulação tem como principais pautas a conservação dos babaçuais, que são base para a sobrevivência de populações inteiras, e a questão da agroecologia, reivindicando técnicas de produção sustentável e a convivência com a mata.

A trajetória de reivindicações das mulheres rurais significa uma demanda por cidadania integral, tendo em vista que está relacionada ao reconhecimento e à conquista de direitos civis, sociais e políticos (PIMENTA, 2013). Além do desafio de enfrentar uma cultura política que defende a democracia, mas que se nega a incorporar a participação de grupos sociais diferentes, as mulheres rurais, segundo Pimenta (2013), ainda identificam barreiras ligadas ao investimento na auto-organização, na criação, recriação, fortalecimento e funcionamento efetivo de

seus projetos políticos em comissões municipais e estaduais. Outros desafios citados pela autora são o cumprimento da participação sem restrições e violências, e a formação política das mulheres para que entendam o jogo político.

A luta das trabalhadoras rurais trouxe avanços na implementação de diversas políticas públicas para a população rural, mas a situação cotidiana no campo ainda apresenta dificuldades básicas, de acordo com Cintrão e Heredia (2006):

- a) **Reconhecimento:** o não reconhecimento social das mulheres como trabalhadoras impossibilita o acesso à aposentadoria rural, auxílio maternidade, auxílio doença e outros direitos trabalhistas. Ademais, considerando que os rendimentos são somados às receitas familiares, as mulheres não possuem renda própria e, muitas vezes, não decidem o destino do dinheiro (SILIPRANDI, 2009). Segundo Cintrão e Heredia (2006), o trabalho de preparar e auxiliar as mulheres a tomarem a consciência de que precisam se autodeclarar como trabalhadoras tem que partir dos sindicatos e movimentos de mulheres;
- b) **Acesso à terra e à política de assentamentos de Reforma Agrária:** os assentamentos permitem uma melhor qualidade de vida, tendo em vista que as famílias assentadas terão acesso à terra própria para desenvolver pequenas atividades de subsistência, aumentando também a renda com a venda dos excedentes. A participação política das mulheres é cada vez mais presente nos movimentos sociais relacionados à luta pela terra (CINTRÃO; HEREDIA, 2006). Entretanto, elas têm dificuldades em serem titulares das terras, mesmo que seja um direito assegurado pela constituição de 1988, independente do seu estado civil. De acordo com Cintrão e Heredia (2006), a titularidade, por herança ou pelo processo de reforma agrária, depende da posição específica da mulher no processo produtivo e dos valores que sustentam esta posição. Sem a posse da terra, as mulheres não conseguem acessar financiamentos, obter rendas extras, cultivar alimentos e criar animais, ou seja, as condições de sobrevivência tornam-se mais precárias (SILIPRANDI, 2009);
- c) **Documentação:** cerca de 3 milhões de pessoas não possuem nenhum documento de identificação no Brasil, segundo o último levantamento do

IBGE (2015), sendo que boa parte é população carente (BARBIERI; STRUMIELLO, 2020; G1, 2020). Para as mulheres rurais, a falta de documentação é mais um impedimento para o acesso à programas de créditos, sociais e à titularidade da terra;

d) Infraestrutura: trata-se da precariedade encontrada no ambiente rural brasileiro relacionada à falta de água encanada, saneamento básico, energia elétrica, acesso à educação e aos serviços de saúde.

A gente veio para cá em dezembro de 2015 [...] de estrutura pelo Estado, a gente tem só energia elétrica que foi colocada. A gente está sem água até agora. Alguns de nós abriram uma cisterna, que é o poço, e só produzimos na época da chuva, por causa dessa dificuldade na gestão no quesito produção devido à água. [...] A gente tem as nossas obrigações, mas o Estado também tem a obrigação dele que é dar essas estruturas. Estruturas essas que a gente está se virando do jeito que pode, que o Estado até agora não trouxe. [...] Para nossa surpresa, esse ano, a gente teve duas horas só de trator. Imagina o que é duas horas de trator para dois hectares de terra (Entrevista de uma liderança feminina assentada concedida à autora deste trabalho em 2021).

Pimenta (2013) propõe o debate da paridade participativa como uma estratégia para construir uma relação justa e autônoma na condição das mulheres dentro do sindicalismo. A paridade participativa refere-se a uma nova visão dos mecanismos políticos e do discurso de democracia e igualdade, e busca o enfrentamento de posicionamentos opressivos a partir da transformação dessas velhas estratégias, associada à formação política de base feminista (PIMENTA, 2013).

6 ANÁLISE DOS DADOS

Vinte questionários respondidos, aplicados em sete assentamentos rurais do Distrito Federal, compõem a matriz de dados utilizada para as análises neste trabalho. Inicialmente, a análise busca traçar um perfil sociodemográfico das mulheres assentadas que participaram da pesquisa, incluindo a dinâmica entre a faixa etária, profissão, nível de escolaridade e região em que residem. Ademais, as análises estão divididas em acesso à internet, tipos de uso da internet e participação política. De acordo com o IBGE (2017), o DF possui 5246 estabelecimentos rurais, sendo que as mulheres estão à frente da produção em 842 propriedades.

6.1 Perfil sociodemográfico

Para esboçar as características que fazem parte do perfil sociodemográfico das mulheres assentadas que participaram desta pesquisa, foram desenvolvidas pela autora quatro tabelas com base nas respostas do formulário. A seguir, a Tabela 1 refere-se à faixa etária das participantes.

Tabela 1 - Faixa etária das mulheres assentadas - fevereiro e março de 2021

Faixa etária	Número	%
18 - 30	3	15%
30 - 40	5	25%
40 - 50	6	30%
50 - 60	5	25%
60 - 70	1	5%
TOTAL	20	100

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Na Tabela 1, percebe-se que todos os grupos etários tiveram representantes, contudo, a maior concentração está entre o segundo, terceiro e quarto grupo, concentrando 80% das participantes na faixa etária entre 30 e 60 anos.

Tabela 2 - Distribuição por assentamento - fevereiro e março de 2021

Assentamento	Número	%
10 de Junho - Recanto das Emas (DF)	9	45%
Estrela da Lua - Paranoá (DF)	4	20%
Santarém - Sol Nascente (DF)	1	5%
Pequeno William - Planaltina (DF)	1	5%
15 de Agosto - São Sebastião (DF)	2	10%
Contagem - Sobradinho (DF)	2	10%

Tabela 2 - Distribuição por assentamento - fevereiro e março de 2021 (conclusão)

Assentamento	Número	%
Dandara - Paranoá (DF)	1	5%
TOTAL	20	100

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Como já mencionado, o questionário foi aplicado em sete assentamentos rurais distribuídos pelo Distrito Federal. A maioria das participantes reside no assentamento 10 de Junho, conforme a Tabela 2. Esta centralização pode ser explicada pela percepção de um contato mais próximo e correspondido com a líder e as moradoras do assentamento durante o processo de coleta de contatos, compartilhamento e aplicação do questionário.

A má qualidade da internet e o baixo sinal de telefone foram demonstradas através de mensagens não recebidas, telefones sem sinal e ligações com muitos ruídos. Ao longo da aplicação do formulário, as participantes afirmaram que muitas vezes têm que ir para a área urbana para conseguir usar a internet e declararam as dificuldades em ligações por causa do sinal telefônico. Como veremos na [Tabela 6](#), as tecnologias mais utilizadas para ter acesso à internet nos assentamentos são a rede móvel (3G e 4G) e via rádio, que são conexões instáveis. Neste sentido, alguns questionários não foram concluídos por causa destas barreiras.

Tabela 3 - Distribuição por profissão - fevereiro e março de 2021

Profissão	Número	%
Trabalhadora rural	11	55%
Dona de casa	4	20%
Outras	5	25%
Total	20	100

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Na análise da Tabela 3, percebe-se uma certa mudança de comportamento no que refere ao reconhecimento como trabalhadora rural. As mulheres rurais passam por um processo constante de valorização e reconhecimento do seu trabalho como parte essencial da produção de alimentos (CARNEIRO, 1994; PIMENTA, 2013;

SILIPRANDI, 2009). Conforme a Tabela 3, 55% relataram como profissão o trabalho rural. Contudo, é interessante notar que os outros 45%, composto por mulheres assentadas que se declararam como donas de casa (20%) e ocupando outras profissões (25%), também são produtoras rurais. Em alguns casos, as assentadas informaram uma área profissional fora do campo, mesmo não exercendo no momento do questionário, mas, em outras respostas, destacaram que também cuidavam da produção. Assim, a conscientização do trabalho feminino dentro da área rural como importante ainda está avançando lentamente. Destaca-se que essa era uma pergunta aberta no questionário, ou seja, as participantes poderiam responder livremente.

Tabela 4 - Nível de escolaridade das assentadas - fevereiro e março de 2021

Nível de escolaridade	Número	%
Ensino fundamental	1	5%
Ensino fundamental incompleto	6	30%
Ensino médio	3	15%
Ensino médio incompleto	3	15%
Ensino superior	5	25%
Ensino superior incompleto	2	10%
TOTAL	20	100

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Na Tabela 4, os maiores percentuais se concentram no segundo nível de escolaridade com 30% e no penúltimo nível com 25%. Isto significa uma discrepância entre participantes que tiveram mais oportunidades de acesso à educação e outras que tiveram menos.

Os dados detalhados na Tabela 4 diferem em parte dos números encontrados no Censo Agropecuário do IBGE (2017), no qual o nível de escolaridade é expresso por número de estabelecimentos. No DF, os produtores nunca frequentaram a escola em 5,56% dos estabelecimentos. Em 21,48% e em 20,43% dos estabelecimentos, há produtores que estudaram até o ensino fundamental e

concluíram a graduação em nível superior, respectivamente. Ainda de acordo com o Censo, em um âmbito nacional, em 15,45% dos estabelecimentos, os produtores nunca frequentaram a escola, em 19,13%, os trabalhadores rurais cursaram até o ensino fundamental, e em 5,58%, concluíram o ensino superior. Podemos considerar que a amostra de participantes desta pesquisa é privilegiada no âmbito educacional e pode não representar a realidade vivida no campo brasileiro como um todo.

6.2 Acesso à internet

Com o objetivo de entender a realidade da exclusão digital dentro dos assentamentos rurais do DF, buscou-se investigar, em um primeiro momento, dados acerca do acesso à internet, do tipo de tecnologia e dos dispositivos utilizados para a realização de atividades *on-line*.

Tabela 5 - Acesso à internet nos assentamentos - fevereiro e março de 2021

Acesso à internet	Número	%
Sim	19	95%
Não	1	5%
Total	20	100

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Conforme a Tabela 5, 95% das mulheres assentadas que responderam a pesquisa afirmaram ter acesso à internet. Entretanto, deve-se considerar que algumas delas podem ter afirmado ter acesso à internet, mas não necessariamente dentro do assentamento em que residem. De acordo com relatos orais, algumas afirmaram que só poderiam responder o questionário quando estivessem em áreas urbanas nas regiões administrativas próximas aos assentamentos.

Neste contexto, surgem três ponderações: como já mencionado, a primeira seria que algumas têm acesso à internet apenas em áreas urbanas fora do assentamento; a segunda, em que elas realmente estão conectadas dentro do assentamento; e a terceira seria de que elas têm acesso à internet no assentamento, mas, por questões relacionadas ao tipo de tecnologia de internet, o uso é prejudicado, tornando a saída do assentamento necessária para a realização de atividades que demandam uma conexão melhor.

Ademais, assim como a [Tabela 4](#), os números inseridos na Tabela 5 não condizem com o contexto geral do ambiente rural no Brasil, visto que 70% dos estabelecimentos rurais não possuem conexão à internet no país (IBGE, 2017). Ainda assim, a população do DF é a mais conectada à internet, sendo que em 94,1% dos domicílios há a utilização da internet, com diferença de 7% entre o segundo colocado, que foi São Paulo (PNAD, 2018). Em concordância, o serviço de internet não estava disponível em apenas 28,3% da área dos domicílios na Região Centro Oeste, em 2018 (PNAD, 2018). Para fazer um comparativo e evidenciar o privilégio de conectividade no DF, destaca-se também que as regiões mais afetadas pela falta de acesso à internet são o Nordeste e o Norte. No mesmo ano, 61,4% dos domicílios do Maranhão e Piauí utilizavam internet, ocupando o menor percentual entre as unidades federativas, seguindo do Acre, na região Norte, com 66,8% (PNAD, 2018).

Tabela 6 - Identificação do tipo de tecnologia de internet utilizada pelas assentadas - fevereiro e março de 2021

Tecnologia	Número	%
Rede móvel (3G e 4G)	13	65%
Fibra ótica	2	10%
Via rádio	8	40%
Outras (via satélite)	1	5%

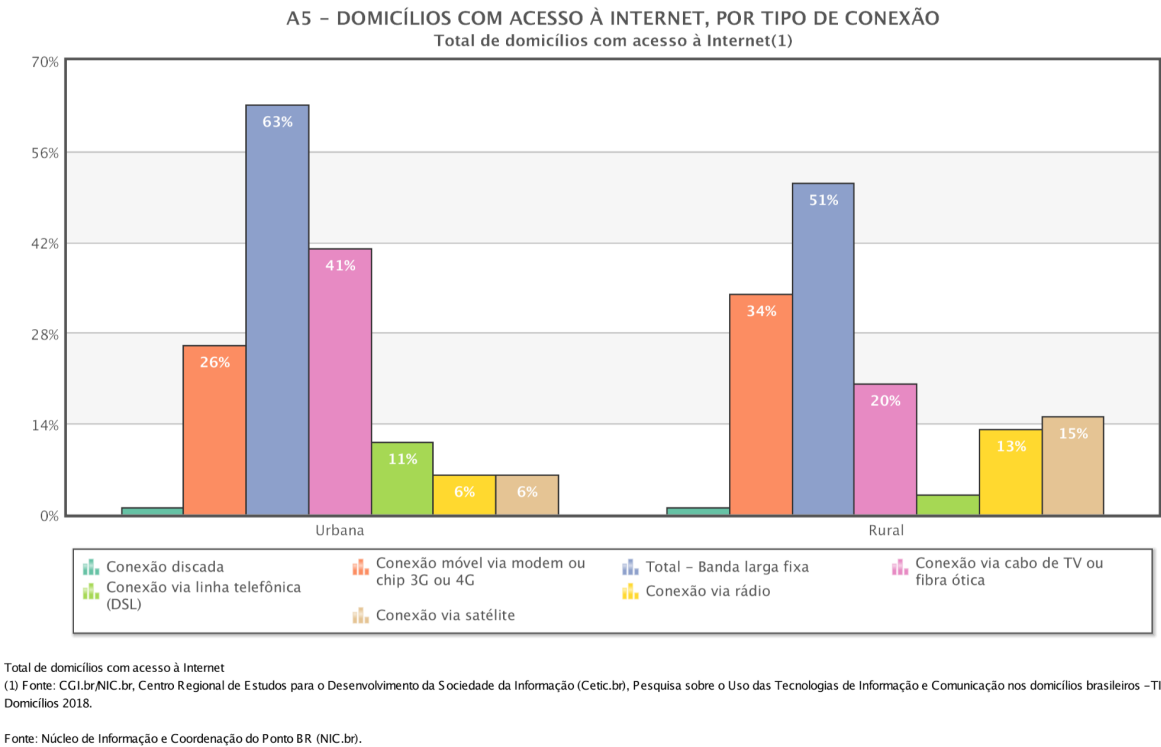
Fonte: Elaboração própria, 2021.

A terceira ponderação é fundamentada a partir da Tabela 6 que mostra a majoritariedade das tecnologias de rede móvel (3G e 4G) e de via rádio nos assentamentos, ambas conexões baseadas em infraestrutura sem fio que apresentam mais instabilidade.

Os dados apresentados na Tabela 6 convergem com o gráfico abaixo do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) sobre a disponibilidade de acesso à internet e o tipo de conexão nas propriedades urbanas e rurais do Brasil em 2014. No âmbito rural, 22% das propriedades têm acesso à internet, enquanto 54% possui conexão no ambiente urbano. A tecnologia de banda larga móvel (3G e 4G) e a conexão via rádio são as

mais presentes no campo, alcançando respectivamente no meio rural e urbano 36% e 24%, 27% e 8%.

Gráfico 2 - Tipo de tecnologia de acesso à internet em áreas urbanas e rurais



Fonte: Cetic.br, 2018.

Geralmente, a área rural não dispõe da infraestrutura obrigatória para a implantação das tecnologias fixas e, por isso, as conexões via rádio e de rede móvel são as melhores opções para esta população vencer a barreira do acesso. Contudo, podem favorecer as disparidades sociais entre os grupos (NIC, 2018).

O uso da rede móvel por 65% das assentadas também pode ser justificado pelo custo da mensalidade da internet que geralmente é mais baixo (NIC, 2018).

Tabela 7 - Identificação do tipo de dispositivo utilizado para acessar à internet - fevereiro e março de 2021

Dispositivo	Número	%
Smartphone	20	100%
Tablet	1	5%
Computador desktop	2	10%

Tabela 7 - Identificação do tipo de dispositivo utilizado para acessar à internet - fevereiro e março de 2021 (conclusão)

Dispositivo	Número	%
Notebook	2	10%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

O smartphone é o dispositivo mais utilizado pelas assentadas, em concordância com a Tabela 7, o que era esperado devido à relevância que o smartphone obteve ao longo dos anos, principalmente por permitir a utilização a qualquer momento e lugar, e por reunir diversas funcionalidades em um só dispositivo. Em 2018, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), 94,9% dos domicílios tinham telefone móvel celular, enquanto, na área rural, o percentual era de 82,3%.

Ainda segundo a PNAD (2018), o uso do telefone móvel para acessar à internet dispara em primeiro lugar, próximo de alcançar a totalidade dos domicílios. Enquanto, os computadores eram utilizados por apenas pouco menos da metade dos domicílios e a utilização de televisores e tablets para acessar à internet eram ainda menores.

6.3 Tipos de uso da internet

O desempenho das assentadas em relação às habilidades ao utilizar os dispositivos tecnológicos de acesso à internet e outras ferramentas digitais é mostrado nas Tabelas 8 e 9. As habilidades citadas na Tabela 8 são consideradas atividades básicas no uso dos dispositivos.

Tabela 8 - Habilidades básicas que as assentadas consideram ter ao utilizar os dispositivos - fevereiro e março de 2021

Habilidades	Número	%
Criar e organizar pastas	6	30%
Editar vídeos, imagens, áudios e textos	6	30%

Tabela 8 - Habilidades básicas que as assentadas consideraram ter ao utilizar os dispositivos - fevereiro e março de 2021 (conclusão)

Habilidades	Número	%
Fazer planilhas eletrônicas	4	20%
Realizar pesquisas	17	85%
Outras	3	15%
Nenhuma das alternativas	3	15%

Fonte: Elaboração própria, 2021

As atividades dispostas na Tabela 8 são definidas como básicas por serem consideradas pela pesquisadora como atividades cotidianas que podem ser realizadas por quem trabalha em ambiente rural ou urbano, além de expressarem o conceito de inclusão digital, entendido a partir da apropriação das ferramentas digitais (SILVEIRA, 2008). Para conhecer ainda mais as habilidades básicas das assentadas, aconselha-se acrescentar o uso de equipamentos auxiliares como impressoras, scanner, webcam, entre outros.

Realizar pesquisas foi a habilidade que 85% das mulheres consideraram ter. As ações que requerem um pouco mais de conhecimento digital como criar e organizar pastas, editar conteúdos audiovisuais e textuais alcançaram a marca de 30%. Esta última foi encarada como uma edição simples, que pode ser realizada em aplicativos de celular. Também pode estar relacionada com o alto nível de utilização das redes sociais, expresso abaixo na Tabela 9, em que 75% concordaram totalmente, ou seja, sempre utilizam. Neste sentido, entende-se que as redes sociais possuem o potencial de influenciar o uso de recursos de edição e também podem impulsionar a aprendizagem.

Por outro lado, apenas 20% das assentadas afirmaram ter a habilidade de fazer planilhas eletrônicas, que é uma atividade mais complexa e exige mais conhecimento tecnológico e prática. Em concordância com a [Tabela 7](#), esta habilidade pode ser prejudicada pelo baixo percentual de assentadas que utilizam dispositivos além do smartphone. No acumulativo, apenas 25% têm tablet, computador desktop ou notebook.

Ao declararem que tinham outras habilidades, as participantes poderiam descrever. Das três respostas, duas estavam relacionadas à utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp, destacando novamente as redes sociais, e a outra se referia à digitação de textos e a elaboração de declarações, como recursos colocados em prática no trabalho.

Tabela 9 - Atividades realizadas *on-line* pelas assentadas - fevereiro e março de 2021

Atividades <i>on-line</i>	Discordo totalmente		Discordo		Indiferente		Concordo		Concordo totalmente	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Atividades relacionadas ao uso utilitário										
Fazer reclamações de serviços públicos e privados	5	25%	5	25%	2	10%	7	35%	1	5%
Buscar vagas de emprego	10	50%	3	15%	4	20%	2	10%	1	5%
Realizar operações bancárias	4	20%	3	15%	3	15%	3	15%	7	35%
Fazer compras	6	30%	3	15%	2	10%	8	40%	1	5%
Atividades informacionais										
Ler notícias	1	5%	2	10%	-	-	6	30%	12	60%
Fazer cursos	6	30%	1	5%	4	20%	3	15%	6	30%
Fazer pesquisas educacionais	5	25%	-	-	1	5%	8	40%	6	30%
Buscar informações médicas	1	5%	1	5%	4	20%	6	30%	8	40%
Fazer <i>downloads</i> e <i>uploads</i>	3	15%	2	10%	4	20%	8	40%	3	15%
Atividades relacionadas ao lazer										
Assistir filmes e séries	6	30%	3	15%	1	5%	5	25%	5	25%

Tabela 9 - Atividades realizadas *on-line* pelas assentadas - fevereiro e março de 2021 (conclusão)

Atividades <i>on-line</i>	Discordo totalmente		Discordo		Indiferente		Concordo		Concordo totalmente	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Atividades relacionadas ao lazer										
Ouvir música	2	10%	2	10%	-		8	40%	8	40%
Jogar	9	45%	6	30%	1	5%	2	10%	2	10%
Atividades relacionadas à participação social e política										
Usar redes sociais para comunicação	-		-		1	5%	4	20%	15	75%
Consultar portais governamentais	4	20%	3	15%	2	10%	6	30%	5	25%
Assinar petições	9	45%	3	15%	1	5%	5	25%	2	10%

Fonte: Elaboração própria com base em Maciel (2015), 2021.

Para facilitar o entendimento dos dados, a Tabela 9 foi elaborada e segmentada nas seguintes categorias, com base em Maciel (2015): atividades relacionadas ao uso utilitário; atividades informacionais; atividades relacionadas ao lazer; e atividades relacionadas à participação social e política. Ressalta-se que esta classificação não impede que ações de um grupo façam parte de outro. Na verdade, há uma certa interdependência entre elas (MACIEL, 2015). Por esse motivo, as atividades de participação social e política estão unidas, a partir da compreensão de que a participação social pode implicar no posicionamento político. Como já mencionado na metodologia, as afirmações “discordo totalmente”, “discordo”, “indiferente”, “concordo” e “concordo totalmente” devem ser consideradas como “nunca”, “raramente”, “ocasionalmente”, “frequentemente” e “sempre”, respectivamente.

Entre as atividades relacionadas ao uso utilitário a que mais se destaca é a realização de operações bancárias por ser realizada com mais frequência pelas

assentadas. No acumulativo positivo¹³, 50% declararam realizar. Na categoria de atividades informacionais, de acordo com a Tabela 9, no acumulativo negativo, apenas 15% das assentadas não têm o hábito de ler notícias *on-line*, sendo que 60% das participantes afirmaram ler sempre. Os percentuais positivos também se destacam na realização de pesquisas educacionais, 70% declararam fazer. Nas atividades relacionadas ao lazer, ouvir música *on-line* é a atividade desempenhada com mais frequência pelas mulheres.

Na última classificação referente às atividades de participação social e política, a que mais se destaca é o uso das redes sociais para comunicação, com 75% das mulheres assentadas utilizando sempre e sem respostas para as afirmações “nunca” e “raramente”. Mesmo sendo especificado o uso para comunicação, destaca-se que esta atividade foi colocada no grupo de ações relacionadas à participação social e política pelo potencial que as redes sociais possuem de incluir seus usuários em diversos assuntos, incluindo conteúdos políticos. Neste sentido, o questionário não especificou que tipo de comunicação é realizada pelas assentadas, um ponto interessante a ser melhorado. Contudo, de acordo com a [Tabela 12](#), pode-se considerar o uso das redes sociais para o compartilhamento de informações políticas. Das atividades dispostas, a menos realizada pelas mulheres é a assinatura de petições, 45% declararam que nunca assinam.

Conforme os dados referentes às atividades relacionadas à participação social e política, dispostos na Tabela 9, e os percentuais da [Tabela 10](#), percebe-se um alto nível de participação política das mulheres nos assentamentos. No acumulativo positivo, evidencia-se que 55%, em cada atividade, declararam acompanhar sessões governamentais, organizar mobilizações e consultar portais governamentais.

Analisando os números sem a segmentação por grupos de atividades, as ações *on-line* que as mulheres assentadas afirmaram sempre executar são ler notícias *on-line* (60%) e usar as redes sociais para comunicação (75%). Neste sentido, considerando também a [Tabela 8](#), em que apenas a realização de

¹³ Considera-se como acumulativo positivo as respostas das afirmações “concordo” e “concordo totalmente”. Já o acumulativo negativo refere-se às afirmações “discordo” e “discordo totalmente”. A afirmação “indiferente” não foi considerada devido ao entendimento de ser um posicionamento neutro.

pesquisas pode ser realizada por um percentual maior das participantes (85%), percebe-se que a exclusão digital nos assentamentos ainda é um problema considerável, entendendo que as atividades mais realizadas por elas não são complexas e exigem um conhecimento tecnológico básico. Além disso, a participação política *on-line* pode ser considerada pequena, o que pode ser influenciado pela presença majoritária de conexões instáveis como a rede móvel e a via rádio, conforme a [Tabela 6](#), e resultar em uma participação política expressiva, porém de modo presencial e não *on-line*.

6.4 Participação política

A Tabela 10, como já mencionado, expressa o percentual de participação política a partir da mobilização política, independente de atividades presenciais ou *on-line*. Nesta tabela, as alternativas de resposta também estão associadas à frequência. A alta presença das assentadas nos movimentos políticos dentro dos assentamentos, mostrados na Tabela 10, está intimamente ligada à luta pela terra, por infraestrutura e qualidade de vida nos assentamentos (CINTRÃO; HEREDIA, 2006).

Além disso, os contatos da maioria das assentadas que participaram da pesquisa foram passados pelas líderes dos assentamentos, fator que pode ter influenciado os altos níveis de participação ativa.

Tabela 10 - Nível de participação política das assentadas - fevereiro e março de 2021

Participação em mobilização política	Número	%
Discordo totalmente	1	5%
Discordo	-	-
Indiferente	-	-
Concordo	12	60%
Concordo totalmente	7	35%
TOTAL	20	100

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Entre as mobilizações que elas afirmaram participar estão as associações dos próprios assentamentos, movimento sindical, a Frente Nacional de Luta Campos e Cidade (FNL) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apenas uma das mulheres afirmou participar especificamente de um movimento de mulheres.

Tabela 11 - Nível de informação das assentadas acerca das decisões políticas do assentamento em que vivem - fevereiro e março de 2021

Informação	Número	%
Discordo totalmente	-	-
Discordo	1	5%
Indiferente	4	20%
Concordo	9	45%
Concordo totalmente	6	30%
TOTAL	20	100

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Tabela 12 - Meios de informação das decisões políticas tomadas externamente sobre os assentamentos - fevereiro e março de 2021

Meios de informação	Número	%
Redes sociais (grupos de WhatsApp, Facebook e Instagram)	15	78,9%
Jornal	-	-
Assembleias do assentamento	14	73,7%
Acompanhando o processo em sites governamentais	3	15,8%
Faz parte e ajuda a tomar as decisões	7	36,8%
Outros	1	5,3%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

A Tabela 11 busca entender se as assentadas recebem informações sobre as decisões políticas tomadas sobre assentamento internamente e externamente. A maioria delas afirmou ter esse conhecimento, já que elas são atingidas diretamente pelas deliberações. Na [Tabela 9](#), ficou evidente o uso constante das redes sociais para comunicação e, na Tabela 12, esse uso implica também no compartilhamento das decisões políticas sobre o assentamento. Outro meio de saber o que acontece no âmbito político são as assembleias do assentamento, representando 73,7%. Durante a entrevista com uma liderança feminina de um dos assentamentos, realizada no pré-teste, foi destacada as assembleias como um momento em que todos os assentados têm a oportunidade de dar opiniões e tirar dúvidas acerca das questões que envolvem a vida social e política do assentamento.

Mesmo que 60% das assentadas tenham declarado sempre ler notícias *on-line*, nenhuma delas afirmou se informar quanto às deliberações sobre o assentamento em que vivem pelos jornais. A partir disso, seria interessante saber que tipo de notícia elas procuram e por qual meio de comunicação.

Tabela 13 - Fatores que motivam a participação política das mulheres nos assentamentos - fevereiro e março de 2021

Motivação	Número	%
Me interesse pelo assunto	14	70%
Entendo do assunto	10	50%
Quero lutar pelos meus direitos	18	90%
Minha família	17	85%
Buscar mais oportunidades	17	85%
Nenhuma das alternativas	-	-
Outros	8	40%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Na Tabela 13, todas as alternativas relacionadas à motivação tiveram números significativos. Contudo, 50% das mulheres declararam entender do assunto, um percentual menor em comparação com as outras motivações que

atingiram mais de 70%. Neste sentido, mesmo tendo certo interesse pelo assunto e buscando lutar pelos seus direitos, metade das participantes afirmaram ter dificuldades para entender o processo político nos assentamentos, fator que poderia ser resolvido a partir de uma alfabetização política e de uma ação consciente com o propósito de mudar essa realidade a partir das ferramentas digitais.

A percepção de que a luta nos assentamentos não é particular permeia todas as declarações das assentadas que afirmaram ter outros fatores que as motivaram a participar. Neste sentido, elas entendem que precisam lutar e ter conhecimento para defender a si mesmas e os outros assentados que não entendem do assunto.

Tabela 14 - Fatores que desmotivam a participação política das mulheres nos assentamentos - fevereiro e março de 2021

Desmotivação	Número	%
Falta de tempo	11	55%
Atividades domésticas	9	45%
Atividades no campo	9	45%
Não entendo do assunto	6	30%
Não me interessa pelo assunto	-	-
Nenhuma das alternativas	6	30%
Outros	5	25%

Fonte: Elaboração própria, 2021.

Na Tabela 14, o fator que mais se destaca na desmotivação da participação é a falta de tempo. Além das atividades domésticas e rurais, conforme a [Tabela 3](#), 25% delas trabalham também em profissões fora do campo. A falta de união dentro do movimento e de interesse foram apresentadas como outros fatores que desmotivaram a participação. Neste contexto, algumas afirmaram que há uma pressão para participar, mas que a falta de tempo e, novamente, não entender do assunto são empecilhos para a mobilização. Destaca-se que nenhuma delas afirmou não ter interesse pelo assunto, o que mostra que a participação política não é limitada pelo desejo e que poderia ser expandida também na internet a partir da cultura política que existe entre elas e é um requisito para o uso político da internet,

e do conhecimento acerca das ferramentas digitais (GOMES, 2005; PEREIRA, 2011).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das limitações já expostas para a realização desta pesquisa, acredito que as observações aqui feitas se revelam como o pontapé inicial da exposição de uma realidade que está abaixo dos olhos da sociedade, que inclui tópicos que são discutidos cotidianamente de maneira singular sem ponderar suas correlações. Desenvolver este trabalho permitiu investigar como a ausência ou a existência de condições para a conectividade digital podem ressaltar as dinâmicas sociais, econômicas e políticas nas sociedades modernas e abranger os conceitos de inclusão e exclusão digital sob perspectivas que interferem no exercício da democracia. Esses processos estão associados e, de certa forma, se propagam em um ciclo de desigualdades.

Quando não há uma educação voltada para a conscientização, para a alfabetização política e não é impulsionado o conhecimento e o uso das ferramentas disponíveis para a cidadania, sejam digitais, burocráticas ou de outra modalidade, a participação política em suas diversas faces e as possibilidades de ascensão social e econômica são diminuídas, visto que existe um sistema que privilegia um perfil específico de gênero, cor e classe socioeconômica. Considera-se também que há exceções que fogem desse modelo, mas que são trajetórias marcadas por grandes dificuldades e até mesmo pelo acaso. Por este ângulo, estas jornadas podem ser referidas a partir de uma visão romantizada da superação, que valoriza a meritocracia, o que não expressa o objetivo do termo acaso neste trabalho. Entende-se que a educação, a inclusão digital e a participação política são direitos que devem ser empregados de forma equitativa e o acesso à eles não deve depender de esforços singulares e narrativas de mérito.

Se em um contexto urbano, em que parcela da população tem maior poder aquisitivo, maiores níveis de escolaridade e apresenta mais vantagens em relação à conexão, o ciclo se repete, no campo, essas situações são ainda mais agravadas pelas limitações relacionadas à infraestrutura, afetando, principalmente, pequenos

produtores, independente da cadeia produtiva. A restrição do conhecimento impede a inclusão dos cidadãos em pautas atuais proporcionais ao desenvolvimento da sociedade, como as discussões de gênero, racismo, políticas públicas, sustentabilidade e tecnologia. Assim, a luta das mulheres trabalhadoras rurais por reconhecimento, terra, políticas públicas e oportunidades de comercialização e empreendedorismo, além do respeito por sua condição de gênero, como observado, ainda avança em passos lentos, já que o ambiente rural acompanhou e está introduzido em uma reformulação do sistema educacional e no progresso da internet de uma forma menos intensa.

Contudo, esse afastamento não implica dizer que as mulheres trabalhadoras rurais não têm acesso à internet ou não têm a capacidade de aprender, mas que as ações desenvolvidas *on-line* são de cunho mais utilitário, comunicacional e relacionadas ao lazer devido a barreiras socioeconômicas, incluindo a tecnologia de conexão à internet, os privilégios de aprendizagem e a noção de que ter conhecimento sobre os recursos digitais é também uma prioridade.

Essa conjuntura confirma que o conceito de exclusão digital vai muito além do acesso à internet e aos dispositivos que dão acesso à ela, ponto que foi citado muitas vezes neste trabalho. Demonstrou-se que a inclusão digital compreende, na prática, as diferentes possibilidades de uso, a apropriação e a cooperação na construção de legislações acerca da produção, distribuição e comercialização das tecnologias digitais. Destaca-se também que a realidade do Distrito Federal pode ser diferente dos outros estados brasileiros, entendendo que a região, incluindo os assentamentos, têm um acesso à internet consideravelmente alto, sendo assim, uma região privilegiada.

Outra reflexão importante é que a participação política não depende exclusivamente da inclusão digital. A partir do momento em que se há uma consciência política e do funcionamento da coisa pública, a interação é possibilitada em outras formas presenciais, como debates, manifestações, entre outras. As mulheres trabalhadoras rurais que participaram desta pesquisa são um exemplo, o interesse político é algo que está intrínseco à elas. Assim, como foi demonstrado, a exclusão digital não impede a participação política das mulheres rurais nos

assentamentos do Distrito Federal, principalmente, porque já há uma noção da luta pela terra e por uma melhor qualidade de vida.

Ainda assim, a internet tem o potencial de despertar outros posicionamentos, abrir o debate para os vários grupos sociais e ampliar esse enfrentamento à escalas que ultrapassam fronteiras geográficas, além de expandirem também a participação em assuntos que extrapolam os assentamentos. Desde que superadas todas as adversidades de acesso à internet, a luta pela terra, por infraestrutura e pela violência contra a mulher em suas várias formas são visibilizadas e podem ter um retorno mais eficaz aliados à pressão popular política virtualmente ou presencialmente. Ademais, a coletividade presente na fala das assentadas é o reconhecimento de que só haverá avanços com a organização e a presença ativa de todos.

No Distrito Federal, as mulheres assentadas mostraram uma capacidade e uma vontade de participar politicamente. Elas enfrentam diariamente obstáculos relacionados à exclusão digital, à educação, à economia e à infraestrutura e se tornam sujeitos políticos da sua maneira a partir de suas múltiplas identidades.

Considerando um cenário futuro positivo em que boa parte da população brasileira esteja vacinada contra o coronavírus e seja possível a volta das atividades presenciais, seria interessante acompanhar as assembleias dos assentamentos para observar a dinâmica de deliberações entre líderes e assentados, além de ser uma oportunidade para conseguir mais respostas, caso o questionário ainda faça parte da metodologia de pesquisa.

Penso que incorporar entrevistas semiestruturadas à metodologia seja uma alternativa certa para entender com mais profundidade a realidade da disparidade de gênero dentro dos assentamentos, além da exclusão digital e da participação política, mas evidenciado também as mulheres que estão à frente da produção agrícola. Quanto às políticas públicas rurais, é significativo elaborar um levantamento com a proposta de investigar se elas abrangem e são eficazes na redução das disparidades de gênero. A partir da presencialidade e dos resultados do trabalho, pode-se analisar a viabilidade de um projeto que envolva rodas de conversa com as assentadas, buscando mostrar os potenciais da internet para sua luta política, e desenvolver espécies de mentoria com este propósito.

REFERÊNCIAS

A história pouco conhecida da brilhante mulher de Einstein que contribuiu para a teoria da relatividade. **BBC**, 23 dez. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-46640237>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BARBIERI, Caio; RODRIGUES, Ana Karolline. Por que os moradores da ocupação do CCBB resistem a ir para abrigo. **Metrópoles**, 11 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/distrito-federal/por-que-os-moradores-da-ocupacao-do-ccbb-resistem-a-ir-para-abrigo>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BARBIERI, Giselle; STRUMIELLO, Marcio. Os invisíveis. **R7**, 26 jun. 2020. Disponível em: <<https://estudio.r7.com/os-invisiveis-10082020#:~:text=Segundo%20dados%20do%20IBGE%2C%20cerca.o%20real%20tamanho%20dessa%20popula%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Educação para a democracia**. [1996?] Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451996000200011>. Acesso em: 27 fev. 2021.

BERRÍO-ZAPATA, Cristian *et al.* Exclusão digital de gênero: quebrando o silêncio na Ciência da Informação. **Revista Interamericana de Bibliotecologia**, Colômbia, v. 43, n. 1, abr. 2020. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0120-09762020000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 2 out. 2020.

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; IICA - INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA; MICROSOFT. **Conectividade rural na América Latina e no Caribe: uma ponte para o desenvolvimento sustentável em tempos de pandemia**. 2020. Disponível em: <<https://iica.int/sites/default/files/2020-10/BVE20108887p.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, 30 nov. 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Programa de Inclusão Digital. **Brasil conectado**: Programa Nacional de Banda Larga. Brasília: CGPID, 2010. Disponível em: <https://www.siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/br_4029.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Política pública de banda larga**. Brasília: TCU, 2018. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/F0/E1/D9/94/04A1F6107AD96FE6F18818A8/Politica_publica_banda_larga.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

CAPETTI, Pedro. Concentração no campo bate recorde e 1% das propriedades rurais tem quase metade da área no Brasil. **O Globo**, 25 out. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/concentracao-no-campo-bate-recorde-1-das-propriedades-rurais-tem-quase-metade-da-area-no-brasil-24040134>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p.11-22, 1994. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/21/23>>. Acesso em: 02 out. 2020.

CARON, Déborah; SOUZA, Cristiane Rodrigues Mendonça; SOUZA, Fabiana Veríssimo da Costa. John Dewey e Paulo Freire: uma análise sobre a educação e democracia. **Cadernos da Fucamp**, Minas Gerais: Editora Fucamp, v.15, n.22, p.100-107, 2016. Disponível em: <<http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/viewFile/640/492>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

CETIC.BR - CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Portal de dados**, 2018. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pt/sobre/>>. Acesso em: 07 set. 2020.

CINTRÃO, Rosângela Pezza; HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP: Unesp, ano 9, n.8, jan/jun. 2006. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>>. Acesso em: 8 fev. 2021.

CONTAG - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS. **IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais**. Brasília: 1985. Disponível em: <contag.org.br/imagens/ctg_file_1200296967_19012017153912.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. O processo de alfabetização política. **Revista da FAEEBA**, Salvador, n.7, p.19-32, 1997. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/bitstream/handle/7891/1126/FPF_OPF_01_0021.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 27 fev. 2021.

GALTUNG, Johan. Teoria e métodos da investigação social. **Norus**, [S.l.], n.1, jan/jun. 2013.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, n.27, p.58-78, ago. 2005. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/3323/2581>>. Acesso em: 18 out. 2020.

GOVERNO do DF executa nova megaoperação violenta na Ocupação do CCBB. **Jornalistas Livres**, 8 abr. 2021. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/governo-do-distrito-federal-executa-mais-uma-megaoperacao-violenta-na-ocupacao-do-centro-cultural-do-banco-do-brasil-ccbb/>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. [1998]. Disponível em: <<http://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/GROSSIMiriam.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2020.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html>. Acesso em: 7 set. 2020.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**. 28 jan. 2020. Disponível em: <<https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

JUSTIÇA proíbe GDF de promover desocupação de área próxima ao CCBB durante a pandemia. **TJDFT**, 2021. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2021/marco/justica-proibe-gdf-de-remover-familias-da-area-do-ccbb-durante-pandemia#:~:text=A%20Defensoria%20lembra%20que%20a,do%20CCBB%2C%20durante%20a%20epidemia>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

KERLINGER, Fred N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**: um tratamento conceitual. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1979. Disponível em: <https://www.academia.edu/36891447/_Kerlinger_Metodologia_da_Pesquisa_em_Ci%C3%A4ncias_Sociais_Cap>. Acesso em: 08 dez. 2020.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

MACIEL, Ariane Durce. **Gênero e inclusão digital**: apropriação das TICs pelos usuários dos programas do governo federal GESAC. Orientadora: Gilda Olinto; Coorientador: Benedito Medeiros Neto. 2015. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/878/1/TeseArianeMaciel.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Transformatório das Margaridas**. Página inicial, [ca. 2015]. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/>>. Acesso em: 17 out. 2020.

MERLI, Daniel; RIBEIRO, Carolina Teixeira; SILVA, Sivaldo Pereira da. Exclusão digital no Brasil e em países emergentes: um panorama da primeira década do século XXI. In: PEREIRA, Sivaldo; BIONDI, Antonio (org.). **Caminhos para a universalização da Internet banda larga**: experiências internacionais e desafios brasileiros. 1ª Edição. São Paulo: Intervozes, 2012. p.197-219. Disponível em: <<https://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv008cpunibl.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

MILHÕES de brasileiros não têm nenhum documento de identificação. **G1**, 16 maio 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/16/milhoes-de-brasileiros-nao-t-em-nenhum-documento-de-identificacao.ghtml>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MOURA, Jéssica; SILVA, Ana Maria. Moradores da ocupação ao lado do CCBB resistem à derrubada dos barracos. **Correio Braziliense**, 5 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/04/4916195-moradores-da-ocupacao-do-ccbb-resistem-a-derrubada-dos-barracos.html>>. Acesso em: 26 abr. 2021.

NIC.BR - NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. **Banda Larga no Brasil**: um estudo sobre a evolução do acesso e da qualidade das conexões à Internet. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2018. Disponível em: <<https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/Estudo%20Banda%20Larga%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2020.

NOVA edição do Anuário Estatístico da CEPAL oferece um conjunto de estatísticas regionais sobre os três pilares do desenvolvimento. **Cepal**. 7 abr. 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/nova-edicao-anuario-estatistico-cepal-oferece-conjunto-estatisticas-regionais-os-tres#:~:text=Segundo%20esses%20dados%20C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o,nascer%20de%2075%2C2%20anos>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

OCUPAÇÕES irregulares dificultam desenvolvimento urbano no DF. **Correio Braziliense**, 24 abr. 2016. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/04/24/interna_cidadesdf.528837/ocupacoes-irregulares-dificultam-desenvolvimento-urbano-no-df.shtml>. Acesso em: 27 abr. 2021.

O que é backbone. **Canaltech**. [201-?] Disponível em: <<https://canaltech.com.br/telecom/o-que-e-backbone/>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

PEREIRA, Marcus Abílio. **Internet e mobilização política**: os movimentos sociais na era digital. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2020.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. Participação, Poder e Democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural. *In*: SILVA, Eduardo Moreira da; SOARES, Leonardo Barros (org.). **Políticas Públicas e Formas Societárias de Participação**. Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, p.155-183, 2013,. Disponível em: <<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/Sara-Pimenta-Participacao-pode-e-democracia.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2020.

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. 2018. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2018/Analise_dos_resultados_TIC_2018.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

POGREBINSCHI, Thamy. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. **Revista de Sociologia e Política**, n.23, p.43-53, nov. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782004000200005&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. Participação política e os potenciais democráticos da internet. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p.29-53, jan/jun. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/12430/8297>>. Acesso em: 4 mar. 2021.

SCHULTZ, P. Duane; SCHULTZ, Ellen Sydney. **Teorias da personalidade**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SCHWARTZ, Gilson. Educar para a emancipação digital. *In*: SANTOS, Emerson (org.). **Reescrevendo a educação: proposta para um Brasil melhor**. São Paulo: Editora Ática; Editora Scipione, 2006, p.125-135. Disponível em: <https://www.academia.edu/2337461/Educar_para_a_Emancipa%C3%A7%C3%A3o_Digital>. Acesso em: 24 nov. 2020.

SHIVA, Vandana. **Reduccionismo e regeneração: uma crise na ciência**. [Lisboa: Instituto Piaget], [1993].

SILBERSTEIN, Emília Silveira. **Reflexões sobre o pensamento científico: um diálogo entre as críticas feministas à ciência e a semiótica de C. S. Peirce**.

Orientador: Pedro Russi. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e Agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. Orientadora: Laura Duarte; Coorientadora: Alicia Puleo. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:

<http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/TESE_DOUTORADO_SILIPRANDI-Mulheres-e-Agroecologia-a-constru%C3%A7%C3%A3o-de-novos-sujeitos-pol%C3%ADticos-na-agricultura-familiar.pdf>. Acesso em: 17 out. 2020.

SILVA, Helena *et al.* Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.1, p.28-35, jan/abr. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1>>. Acesso em: 02 out. 2020.

SILVA, Sivaldo Pereira da. Internet em redes de alta velocidade: concepções e fundamentos sobre banda larga. In: PEREIRA, Sivaldo; BIONDI, Antonio (org.). **Caminhos para a universalização da Internet banda larga**: experiências internacionais e desafios brasileiros. 1ª Edição. São Paulo: Intervozes, 2012. p.23-48. Disponível em: <<https://www.intervozes.org.br/arquivos/interliv008cpunibl.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de exclusão digital diante das exigências de uma cibercidadania. In: HETKOWSKI, Tânia Maria (org.). **Políticas públicas e inclusão digital**. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 43-66. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/202/1/Politicas%20publicas%20e%20inclusao%20digital.pdf#page=43>>. Acesso em: 02 out. 2020.